

cente hacia el embajador. Pero hay un punto más en este prefacio que merece la pena destacar: todavía en 1628 no se habían perdido las esperanzas de recuperar los demás escritos de D. García; por tanto, el *Breviarium* salía como en prenda de los restantes inéditos que muy pronto habían de correr impresos. La prisión y la condena de Nogueira pusieron un desastroso final a estos proyectos: tanto al prometido Catálogo de la biblioteca ("en breve lo verás", advirtió António Furtado al lector) como a esa futura edición de las obras completas del español, buen índice, en todo caso, del hondo aprecio en que fue tenido.

A manos de Nogueira, por tanto, llegaron manuscritos de D. García, que éste probablemente le encomendó al sentirse enfermo de muerte en el Océano (1624). Es necesario, pues, seguir la pista a la biblioteca del canónigo, que fue confiscada por la Inquisición en 1632.¹⁴⁴ Según Graça Barreto,¹⁴⁵ sus libros fueron a parar a El Escorial. De ser así, convendría investigar si todavía se encuentra allí algún inédito de D. García trasapelado o atribuido a otro autor.

¹⁴⁴ Quedaban entonces todavía muchos ejemplares por vender de las ediciones costeadas por Nogueira: 123 volúmenes del *Compendium*, 639 de Figueroa, 364 de las *Guerras de Granada* y 96 de Garcilaso (cf. Morel-Fatio, "Vicente Noguera", p. 14).

¹⁴⁵ Cf. Albuquerque, "Biblos" e "Polis", p. 14 y n. 6.

Os portugueses e o negócio da seda persa: A participação lusitana no comércio da seda no início do século XVII

MARIA JOÃO PACHECO FERREIRA *

Introdução

Quando D. García de Silva y Figueroa (1550-1624) parte para a Pérsia em 1614 como emissário do rei das duas coroas ibéricas, Filipe III de Espanha e II de Portugal, um dos assuntos constantes da agenda da sua missão diplomática ao xá Abbas I (r. 1587-1629) incide no assentamento do negócio da seda iraniana, o qual já se arrastava desde 1608.

Muito embora o tema se revestisse da maior importância para o relacionamento entre ambas as nações (uma vez consideradas as potenciais repercussões nas suas estratégias geo-políticas e económicas), do que nos é dado aperceber através da leitura de alguns textos integráveis na denominada literatura de viagens, datáveis da segunda metade de Quinhentos e da primeira metade de Seiscentos, o sirgo persa e o seu universo não parecem cativar grandemente os autores nacionais. Como Vasco Resende sublinha, o conteúdo destas obras – no caso concreto, com informação concernente aos territórios do Médio Oriente –, interessava sobremaneira ao Estado português, na medida em que colocava à sua disposição um conhecimento e uma experiência prática relativa ao Oriente islâmico, de suma importância à manutenção do Estado da Índia.¹ Tanto mais quando a sobrevivência de Ormuz, desde 1515 nas mãos dos portugueses e riquíssima escala no xadrez comercial do Oriente, parecia depender do sucesso desta contratação.

Ainda assim, e no que se refere aos *Comentários*, relação da viagem daquele embaixador à Pérsia, nem por isso o tema ganhou maior fôlego entre os diversos assuntos

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Vasco Resende, "L'Image de l'Islam dans la Littérature Portugaise des Voyages du XVIème Siècle: Les itinéraires terrestres au Moyen Orient", *Anais de História de Além-Mar*, 7 (2006), p. 129.

abordados ao longo da extensa obra, alguns deles com uma impressionante minúcia. Com efeito, o discurso revela-se parcimonioso nas informações que dele emanam acerca da seda na Pérsia, limitando-se pouco mais do que a enunciar a sua produção nalgumas regiões – não facultando praticamente elementos sobre o seu cultivo e processamento, os tipos de manufactura e seus destinatários ou os respectivos preços, por exemplo. Esta constatação é tão mais evidente quando, ao longo do texto, se assiste a uma verdadeira exposição do saber amplo e prolífero do autor, na qual se alternam os tradicionais e eruditos domínios em que se alicerçava o conhecimento do homem moderno europeu com outros de carácter mais prosaico ou até mesmo na esfera da curiosidade, levando-nos a equacionar as hipóteses de D. García não possuir formação neste domínio ou o assunto não lhe interessar minimamente.

Também as notícias que pela mesma altura ecoam em torno do Celeste Império e dos seus artigos luxuosos, dos quais a seda era incontornável representante,² reforçam esta percepção de um aparente desinteresse pela congénere persa. Afinal, muito embora se possa justificar a opção do autor com base na importância de que se revestia o negócio em apreço, e, consequentemente, da necessidade de algum secretismo em seu redor, a verdade é que as mesmas questões se impunham em relação à seda chinesa a qual depressa se afirmou como artigo de primeira importância nos negócios portugueses na Ásia.

Ora, a seda persa não só não foi eleita como tópico de abordagem na relação da embaixada de D. García de Figueroa à corte safávida – com a qual se esperava que o negócio ficasse fechado –, como a questão do eventual desvio deste produto do circuito de Alepo para Ormuz e a sua contratação pelos portugueses parece ter permanecido um assunto, de certo modo, latente da historiografia da Expansão portuguesa – sendo que, curiosamente, o mesmo sucede no contexto das crónicas persas, nas quais o comércio da seda não parece ser um assunto proeminente.³ É pelo menos o que se infere, uma vez reconhecida a genérica inexistência de estudos estritamente consignados ao assunto em causa, decorrente de uma proposta do rei de Espanha a Abbas I. No contexto nacional somente Francisco Mendes da Luz analisa a questão do negócio da seda de forma aturada e autónoma, porquanto as remanescentes incursões ao tema, apenas parecem decorrer no âmbito das implicações que o mesmo teve na manutenção de Ormuz. E se no quadro das investigações sobre o comércio da seda persa levadas a cabo por estrangeiros, os títulos são mais numerosos, salvo raras excepções nem por isso atentam no episódio português de forma muito dife-

² Sobre este assunto veja-se Maria João Pacheco Ferreira, “Notícias da Seda: Referências à seda chinesa na documentação impressa dos séculos XVI a XVIII e seu impacto na sociedade europeia”, *Revista de Cultura*, 16 (2006), pp. 119-139.

³ Quem o constata é Linda Steinmann, facultando vários exemplos nesse sentido. Cf. Linda Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade, 1599-1629”, dissertação de doutoramento policopiada (University of New York, 1986), p. 34.

rente; antes incidem na documentação e na análise dos relacionamentos entretanto iniciados por Inglaterra e Holanda, com quem a Pérsia viria a validar este caminho alternativo à tradicional rota levantina de comércio – uma opção a que não foi indiferente a falta de dados (e a respectiva sistematização) no que se refere ao contexto comercial português.

No presente texto, intenta-se aflorar este processo complexo e pouco linear desencadeado mais como uma manobra diplomática do que pelo interesse genuíno que a referida comercialização da seda significava para os reinos persa e ibérico ao tempo de D. García, ainda que o primeiro dispusesse de uma das maiores indústrias de sericultura do mundo e o segundo de uma ampla e eficaz rede de distribuição de mercadorias ultramarinas no Estado da Índia e entre este e a Europa, fulcral ao sucesso de um empreendimento desta natureza. Assim, e recorrendo sempre que possível aos *Comentários* de D. García (e a outras obras que lhe são cronologicamente próximas), propõe-se uma caracterização da produção e utilização da seda na Pérsia, bem como a análise não tanto dos motivos conducentes à formulação da proposta em discussão mas antes daqueles que inviabilizaram a sua consumação, em concreto, das alternativas que se ofereciam a Portugal neste domínio, como era o caso da seda chinesa, à qual também os portugueses tinham acesso directo, participando activamente na sua comercialização na região do Índico.

A seda na Pérsia. Principais centros produtores

Muito embora a seda seja tradicionalmente associada à China, de onde a sericultura é originária, não se pode ignorar a relevância do Irão, desde muito cedo, tanto no cultivo do sirgo como no fabrico de tecidos e tapetes, a partir desta matéria-prima. Durante muitos séculos, o Irão foi não só incontornável plataforma de passagem da seda proveniente do Celeste Império, integrando a denominada Rota da Seda,⁴ mas também ele próprio um importante produtor e fabricante. Com efeito, no tempo do reinado sassânida de Shapur (310-379), já o Irão se havia tornado conhecido como destacado centro de comércio de seda em rama e de tecidos laborados com esta fibra, sendo de crer que uma primeira indústria incipiente de tecelagem ali se tenha desenvolvido com o contributo da chegada, no século IV, de tecelões sírios oriundos da Antioquia.⁵

⁴ No século II, graças ao insaciável desejo dos romanos pela seda chinesa, o qual atinge então o apogeu, os persas acumulam grandes lucros com as portagens cobradas pela passagem desta carga pelos seus caminhos, uma realidade que permanece mesmo após o desenvolvimento da sericultura no império bizantino no final do século V.

⁵ Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, p. 48.

No que se refere à história desta fibra animal no Irão, Heródoto dá a entender que em tempos remotos um tipo de seda selvagem era cultivada na região nordeste do país.⁶ De acordo com a tradição, a introdução da seda na antiga Pérsia terá resultado da chegada de monges budistas da China transportando casulos de bichos-da-seda. Contudo, e segundo Linda Steinmann, será mais provável que o conhecimento do processo do cultivo da seda se tenha difundido lentamente através da Ásia ocidental (em concreto de Yargand e Farghana),⁷ acompanhando a rota da seda, ainda que considere plausível a chegada de ovos de bichos-da-seda ao Irão através de Bizâncio, para onde foram levados por marinheiros gregos.⁸ Não obstante estas possibilidades – às quais acresce uma outra, defendida por alguns investigadores, de que a sericultura se teria implementado de forma autónoma no Irão, uma vez que o bicho-da-seda chinês e iraniano diferem, produzindo casulos brancos e amarelos, respectivamente⁹ – o segredo da sericultura terá alcançado o Irão no século V (em teoria, pouco depois de 419), sendo que a seda, desde então ali produzida, foi ela própria exportada para o Império do Meio por volta do século VII.¹⁰

Até ao período mongol os testemunhos relativos à produção de seda centram-se na província de Khurasan, no nordeste do país, em concreto, nas proximidades de Khak, Sabzavar e Nishapur.¹¹ Só no século XIII, e após a invasão mongol, é que as províncias de Gilan e Mazandaran se demarcam como principais fontes de abastecimento da seda persa, datando também deste período a afirmação do país enquanto fornecedor de sirgo de excelsa qualidade ao circuito comercial estabelecido entre o Oriente e o Ocidente, em alternativa à seda chinesa, a qual começa a escassear acabando, mesmo, por deixar de circular e de chegar à Europa no decurso de Trezentos.¹²

É a partir de então que, no contexto da franca expansão que as indústrias manufatureiras conhecem na Península Itálica no decurso da Idade Média,¹³ os mercadores

⁶ Rudolph P. Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730* (Cambridge, 1999), p. 15.

⁷ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 15.

⁸ Steinmann, "Shah Abbas I and the Royal Silk Trade", p. 47.

⁹ Ina Baghdiantz McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver: The Eurasian Trade of the Julfa Armenians in Safavid Iran and India (1530-1750)* (Atlanta, 1999), p. 16.

¹⁰ *The Cambridge History of Iran* (7 vols., Cambridge, 1968-2000), vol. 3 (ed. Ehsan Yarshater), tm. I, p. LXIII. Sobre as relações encetadas entre o Irão e a China neste período veja-se o capítulo no mesmo volume intitulado "Iran and China", pp. 545-558.

¹¹ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 15.

¹² McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver*. Sobre o comércio da seda iraniana, veja-se o capítulo da mesma obra "The Iranian Silk Trade 1350-1600", pp. 29-34.

¹³ Esta procura pela seda que se desencadeia na Europa beneficia igualmente do fim da hegemonia italiana neste domínio e da ascensão, no final do século XV, tanto de Provence (França) enquanto região produtora de seda, como de Tours (primeiro) e Lyon como centros de manufatura sob patronato real de Luís XI (r. 1461-1483).

italianos, ávidos por satisfazer a procura dos seus artigos, empreendem esforços no sentido de angariar a cobiçada seda oriunda daquelas regiões. A necessidade de importação desta fibra justificava-se pelo volume da procura mas também porque os fios de seda protagonizavam diferentes funções de acordo com as suas características e proveniência, sendo que no caso da seda persa a mesma se destinava a ser usada em tramas de superior qualidade e nas almas dos fios metálicos, pois embora menos brilhante do que a seda espanhola era, porém, mais flexível e arredondada.¹⁴ Com esse objectivo, se alguns a adquiriam nos portos mediterrânicos do império otomano, para onde era transportada por mercadores arménios e iranianos, já outros se deslocavam directamente às zonas produtoras do Cáspio: entre o final do século XIII e o início da centúria seguinte, embaixadores e comerciantes genoveses e (mais tarde) venezianos empreendem viagens a Gilan, por Trabzon e Tabriz, à época, os principais eixos de comércio da seda com o Ocidente, com o objectivo de desviar a distribuição deste artigo por uma outra rota através do Mar Negro.¹⁵ Contudo, não só a rota do Levante se manteve, como as transações entre o Irão e o Mediterrâneo cessaram na era de Quatrocentos, no seguimento dos tumultos políticos e da pandemia de peste negra que então se desencadearam na região.¹⁶ Em alternativa, uma grande parte desta seda é redireccionada para Bursa (entretanto elevada a capital do império otomano em 1326), alimentando não só as intensas manufacturas têxteis que ali se desenvolvem e que atingem o seu auge no final do século XIV (ainda que perdurem para além deste período), com mais de 1000 teares em funcionamento, como ainda o comércio desta matéria-prima em bruto na cidade, assegurando assim o seu estatuto de importante centro negocial, pelos séculos seguintes.

No entanto, vários factores contribuem para que as exportações da seda persa para o Mediterrâneo decaiam, chegando ao ponto de serem embargadas pelo governo otomano após a ascensão da dinastia safávida (1501-1722), fundada pelo xá Ismail (r. 1502-1524). As guerras contínuas com os turcos, o implemento da política da terra queimada pelas tropas militares safávidas, as pilhagens às caravanas, ou os surtos de peste no Azerbaijão foram factores que muito dificultaram o comércio caravaneiro pela Anatólia e Mesopotâmia, já para não referir a quantidade de mercadores, artífices e seda que os turcos levaram após a tomada de Tabriz (em 1514), primeira capital da referida dinastia persa, ou o controle que estes, desde esse momento, assumiram sobre os mercados e as regiões produtoras da seda na região persa. Mesmo após a ascensão do sultão Sulimão I (1494-1566) e o afrouxar do boicote estabelecido pelo seu antecessor, o fornecimento da seda iraniana àquela região continuaria a ressentir-se das guerras intermitentes entre persas e turcos, obrigando os primeiros a

¹⁴ Lisa Monnas, *Merchants, Princes and Painters: Silk Fabrics in Italian and Northern Paintings 1300-1550* (New Haven, 2008), p. 7.

¹⁵ Linda Steinmann, "Shah Abbas and the Royal Silk Trade", *Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies)*, 14, 1 (1987), p. 70.

¹⁶ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 16.

encontrar alternativas viáveis e menos dispendiosas para os seus artigos, como era o caso da seda, elementar à economia do reino, como bem sintetiza Frei António de Gouveia, algumas décadas mais tarde: “Nam he o Reyno da Persia rico, porque em si nam tem ouro, nem prata, nem pedras preciosas [...], a principal renda dos Reys da Persia consiste na Seda, de que em quasi todos seus Reynos se colhe abundantissimamente, & nos direytos que os mercadores pagam, nam porque paguem muyto, mas porque sam muytos os que pagam [...]”.¹⁷

Além da rota continental a Oeste com destino aos portos do Levante, mais demorada e com várias alternativas de caminho entre Tabriz e Alepo, um dos eixos de circulação que então se procura (sem grande sucesso até 1700) fortalecer, com vista ao escoamento da seda, passa pela Rússia a partir das províncias do Cáspio (nem por isso melhor sucedido, uma vez considerada a instabilidade reinante nas estepes). A outra grande possibilidade é a Índia, a qual se torna no principal destino de exportação da seda persa, em troca de artigos indianos, nomeadamente dos célebres e variados têxteis em algodão,¹⁸ seja por via terrestre, através de Qandahar – ainda que *grosso modo* se desconheça em que moldes e em que quantidades, levando Steensgaard a descrever este trajecto como o mais obscuro dos canais de distribuição –, ou por via marítima. Com efeito, assiste-se à afirmação de um novo circuito, também

¹⁷ Fr. António de Gouveia, *Relaçam, em qve se tratam as Gverras e Grandes Victorias qve alcançou o grãde Rey da Persia Xá abbas do grão Turco Mahometto, & seu filho Amethe: as quais resultarão das Embaixadas, que por mandado da Catholica, & Real magestade delRey D. Felipe segundo de Portugal fizerão algüs Religiosos da ordem dos Eremitas de S. Augustinho a Persia* (Lisboa, 1610), fl. 45v.

¹⁸ Niels Steensgaard refere que em 1639 as chegadas anuais a Isfahan são estimadas em 20 a 25 mil camelos, na sua maioria portadores de algodão da Índia, proveniente de Awadh, Bengala e provavelmente Punjab. O impacto destes artigos terá sido tal, que influiu nos hábitos e padrões de consumo persas, ao ponto de justificar a mudança do vestuário de tecidos em lã pelos de algodão, segundo testemunha o consul veneziano em Alepo em 1613, a respeito do declínio do comércio de têxteis naquela localidade, em cerca de um quarto; cf. Niels Steensgaard, “The Route Through Quandahar: The significance of the overland trade from India to the West in the seventeenth century”, in Sushil Chaudhury & Michel Morineau (eds.), *Merchants, Companies and Trade: Europe and Asia in the Early Modern Era* (Cambridge, 1999), pp. 62, 69. Sensivelmente pela mesma altura, o frade agostinho Sebastião Manrique dá conta de dois tipos de artigos em algodão provenientes da Índia, em concreto: de Bengala, onde se produzem “finisimas, y riquissimas cassas de cinquenta, y sesenta varas de largo, y siete, y ocho palmos de ancho, con los remates floreados de oro, plata, y colorificas sedas: estas tales cassas por tan finisimas las lleuan los mercadores metidas en cañudos de bambus de dos palmos ordinarios de largo, y así las lleuan por todo el Corazane, Persia, Turquia, y otras muchas partes”; e de Banaros, de onde provêm “riquas tocas, o turbantes; que con sus matizados remates de oro, plata, y seda de varios colores, representan en candidissimos campos vna agradable, y continua primavera”, os quais são também levados, segundo o mesmo religioso, para a Turquia, Persia e outros reinos, confirmando a noção de que grande parte dos têxteis oriundos da Índia não se destinam exclusivamente ao mercado iraniano funcionando, ao invés, como mercadoria em trânsito para a região do Levante. Cf. Sebastião Manrique, *Itinerario de las Misiones que hizo el Padre F. Sebastian Manrique Religioso Eremita de S. Agustin* (Roma, 1649), pp. 22, 341-342.

no sentido longitudinal mas orientado a Sul, o qual integra uma componente que percorre as províncias do Cáspio, de Isfahan até ao Golfo Pérsico, passando por Shiraz, e conta com a colaboração dos portugueses, através de Ormuz (até 1622) e da rota marítima da Índia.¹⁹

Durante a centúria de Seiscentos (e *grosso modo* a dinastia safávida) a seda iraniana apresentava-se muito diversificada e classificável em diferentes categorias, em função da qualidade, do preço praticado no mercado e do gosto de quem a adquiria, devendo-se notar que a nomenclatura que a designava diferia entre os iranianos, os ingleses, os holandeses e os otomanos.²⁰ Ainda que a sericultura tivesse lugar praticamente por todo o território persa, a principal zona de produção concentrava-se nas províncias de Gilan, Mazandaran e do Cáucaso, sendo que a melhor e mais dispendiosa provinha de Gilan e era na sua maior parte processada no Irão, em Yazd, Kashan e Isfahan, onde era utilizada na produção de roupas preciosas, contanto que também no Khurasan se produzisse seda de excelente qualidade. Esta seda lustrosa, designada *sha'rbañi* (de tecer) – a qual se podia apresentar branca ou amarela, sendo que a primeira variedade era a mais bonita – destinava-se maioritariamente ao consumo interno, embora alguma (daquela criada em Gilan) fosse exportada para a Índia e para o Levante, tal como um outro tipo de seda de categoria ligeiramente inferior, a seda *ardassin*, de cor e finura semelhantes.

Uma segunda classe integrava a seda *Kadkhuda pasand*, exportada em grande quantidade para o Levante pela comunidade arménia de Julfa e pelos mercadores otomanos, assim como a seda *kharvari* ou *laji*, proveniente de Lahijan e denominada *legia* pelos negociantes europeus. A menos apreciada de todas as sedas desta categoria era a *shirvani* ou *ardas* (segundo os europeus), cultivada em Mazandaran a qual, ainda

¹⁹ No que se refere à discussão dos trajectos utilizados na distribuição da seda persa *vide* Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 51-55 e cap. VI. “Foreign Trade: Its Direction” da obra de Willem Floor, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 197-245, cujo acesso nos foi facultado pelo autor, que generosamente nos disponibilizou uma cópia electrónica do referido capítulo e por isso lhe expressamos o nosso agradecimento. Acompanhando o discurso de Floor em relação ao circuito marítimo, cumpre ainda advertir que muito antes da chegada e controle dos portugueses sobre esta rota já existia um intenso comércio entre os portos do Golfo Pérsico, da Índia ocidental e do Mar Vermelho, nomeadamente com os portos do Decão, dos sultanatos de Bijapur, Golconda e Ahmadnagar, o qual era sobretudo assegurado pelas populações costeiras árabes e baluches da região do Golfo, bem como por indianos. Da mesma forma importa salientar que além de Ormuz, principal canal de distribuição do Sino Pérsico – o qual havia estabelecido tráfico regular com diversos portos indianos como Sinde, Cambaia, Chaul e Malabar –, outros portos assumiam importância nos circuitos locais de distribuição como era o caso de Baçora, Bandar ‘Abbas (Comorão), Mascate, al-Ahsa e Rishar.

²⁰ *Vide* cap. VII. “The Agricultural Sector” da obra de Floor, *The Economy of Safavid Persia*, pp. 247-301; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 36-37; Willem Floor, *The Persian Textile Industry in Historical Perspective, 1500-1925* (Paris, 1999), pp. 14-15. A informação que seguidamente se apresenta em relação aos principais tipos de seda persa e respectivas nomenclaturas corresponde ao entendimento e termos usados pelos holandeses a partir de 1638.

que fosse mais grosseira, nem por isso era impopular na Europa. Por último, reconhece-se a seda *las*, conhecida na Europa como *salvatica*, de aspecto grosseiro e irregular, e sobretudo produzida em Mazandaran, Farahabad e provavelmente também em Astarabad, onde a misturavam com algodão e utilizavam estritamente no fabrico de vestuário.

Em termos gerais, a seda de Gilan era considerada a melhor, logo seguida da de Mazandaran, sendo que aquela proveniente das províncias da Georgia, Qarabagh e Ganja era de pior qualidade e na sua maioria exportada para o Levante otomano. Também Kirman e Yazd, produziam seda mas em pequenas quantidades, de qualidade incerta e destinada à manufactura local.

Dispersa pelo território persa, a seda crua era sobretudo encaminhada para Isfahan – ponto de convergência daquela destinada às companhias europeias, a qual era dali encaminhada para o Golfo Pérsico –, ainda que primeiro fosse transportada em caravanas de mulas até Qazvin, importante centro de recolha e armazenamento real, a par de alguns armazéns privados que ali se foram concentrando. Uma vez concluído o processo de cultivo, o transporte da seda disponível nas províncias do Norte ocorria no final de Março, a qual permanecia em Qazvin até ao início de Maio, altura em que era então levada para Isfahan, onde se concentrava (presumimos que, pelo menos uma parte) em redor da praça ou *Maidam*: “estão em torno rodeada de arcos, debaixo dos quaes estão as tendas dos mercadores, providas de todo o genero de mercadorias do mundo, principalmente de Sedas, de que a Persia he riquissima”.²¹ Ali era pesada na presença de um conjunto de oficiais, entre eles, o vizir e o prefeito da cidade, sendo que a medida-padrão usada pelos iranianos era o *mann-i Tabriz*, equivalente a cerca de 3kg.²² A seda era então atada com cordas²³ e embalada em fardos de cerca de 70 a 90 kg cada, uma tarefa que se afigurava morosa e alvo de atento controle pelos europeus, uma vez relevados os hábitos dos iranianos em misturar sedas de diferentes categorias nos mesmos fardos, ou de furar e incluir pedras e trapos nos pacotes originais (os quais eram depois cuidadosamente cosidos).²⁴ Após o acerto do peso e do preço, o contrato era estabelecido e assinado e a seda podia então ser expedida em caravanas de camelos, por norma os animais mais usados,

²¹ Gouveia, *Relaçam*, fl. 61v.

²² Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 48. Segundo o que podemos apurar, 1 fardo equivalia a 18 *mann-i shah*, sendo que 1 *mann-i shah* eram 12,5 libras e 1 fardo 225 libras de peso; cf. Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, p. 69.

²³ Este procedimento sofre alterações em 1642, após protestos dos holandeses que se queixam do seu elevado peso, motivando a sua substituição por cintas de seda; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49.

²⁴ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49. Este aspecto é muito interessante porquanto denota um comportamento análogo àquele praticado pelos chineses nas mesmas circunstâncias. Sobre o procedimento chinês de venda da seda, leia-se Ferreira, “Notícias da Seda”, p. 127.

burros ou mulas, sendo que os primeiros eram carregados com dois fardos (cujo peso podia oscilar entre um total de cerca de 300 e 580 kg, em função do tipo de camelo),²⁵ os segundos apenas com um (pela incapacidade de sustermem mais do que 100kg), e os terceiros, com dois fardos pequenos, num total equivalente a 150/180 kg.²⁶

As despesas de envio da seda das áreas de produção para os locais de venda dependiam dos custos de transporte (por sua vez dependentes dos circuitos implicados e da estação do ano em que tinham lugar), das portagens e taxas cobradas sobre as encomendas,²⁷ devendo-se notar que as mesmas tinham efeitos marginais sobre o preço de venda total face ao elevado estatuto deste tipo de mercadoria o qual, uma vez na Europa, alcançava preços exorbitantes.

Tal como várias fontes coevas aludem, além da seda crua, que era maioritariamente transaccionada entre a Pérsia e os seus pares europeus, também os artigos têxteis realizados com esta matéria-prima sofisticada constavam da mercadoria exportada por este país, muito em particular daqueles de melhor qualidade. Na verdade, a reputação deste país no domínio do sirgo alargava-se à própria produção têxtil, tanto de magníficos tecidos, de que são exemplo os brocados e os veludos figurativos, como de tapetes, sendo de assinalar que se uma parte se destinava ao comércio exterior outra era intensamente consumida a nível interno – ao ponto da tecelagem ser praticada em quase todo o país pelas populações locais, de forma complementar à sua profissão principal, e por ambos os sexos, como se infere da leitura de breves passagens dos *Comentários* de Figueroa.²⁸ A adesão colectiva (ainda que em diferentes contextos e intensidade) à prática da tecelagem e a existência de uma miríade de ofícios que lhe eram complementares²⁹ contribuía assim para a imagem da

²⁵ Floor, *The Economy of Safavid Persia*.

²⁶ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 49.

²⁷ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 55.

²⁸ Veja-se o caso do excerto em que, a propósito da dona da casa que alberga o embaixador em Cum, se observa: “Era esta muger biuda, de mediana edad, cuyo principal oficio, demas de tener en su casa dos telares de alhonbras, era componer y afeytar las nouias quando las querian casar [...]”, ou um outro em que iniciando o relato de um determinado episódio ocorrido em Isfahan refere “un persiano texedor, su muger, que tambien vsaua el mesmo oficio [...]”; D. García de Silva y Figueroa, *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. II, pp. 70, 399. Este aspecto é corroborado por outros viajantes contemporâneos e justificado à luz de uma sociedade eminentemente agrícola, sendo que as matérias-primas têxteis eram genericamente cultivadas em todo o país e por isso acessíveis à maioria da população rural, a qual se via forçada a fiar e a tecer os seus próprios artigos uma vez considerada a sua pobreza e a dificuldade em aceder aos centros urbanos.

²⁹ No estudo que Willem Floor dedica à indústria têxtil persa, o autor destaca a importância destas actividades e procede ao seu levantamento, dando conta que, entre 1500 e 1925, se podia reconhecer um total de 90 ofícios têxteis praticados na Pérsia. Cf. Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 30.

Pérsia como uma grande manufactura correspondente, não por acaso, à sua mais importante indústria.³⁰

Naturalmente que nem todos os centros se destacavam pela sua produção em termos quantitativos, qualitativos ou artísticos. Não obstante, a tecelagem em seda apresentava-se como uma manifestação artística muito elaborada e requintada no mundo islâmico, para a qual se recorria a matérias-primas de excelência, a técnicas variadas e complexas e a desenhos de grande beleza e sofisticação, uma realidade a que não foi indiferente o estatuto e desempenho dos têxteis naquela sociedade, como bem testemunham os conhecimentos e a habilidade do próprio xá no domínio da tecelagem de tapetes.³¹ Os têxteis não só marcavam importante presença nos diversos contextos da vivência iraniana – no campo de batalha, no vestuário, nas construções das estruturas de habitação de carácter nómada, na decoração dos espaços interiores das edificações, nas celebrações, na vida religiosa e basicamente em todos os pequenos aspectos que caracterizavam o quotidiano (por exemplo no embrulho de ofertas ou da correspondência) – como comportavam um importante papel simbólico aludindo à autoridade, prosperidade e prestígio do regime, sendo ainda adoptados como presentes diplomáticos particularmente desejáveis entre governantes.

Atendendo à extraordinária onerosidade dos artigos de qualidade, apenas acessíveis a uma estreita faixa da sociedade, a maioria da melhor seda destinava-se às oficinas reais (com vista à produção de peças que satisfizessem as necessidades e exigências do xá, dos seus familiares directos e da corte, embora os excedentes fossem vendidos e encarados como uma fonte de rendimento do próprio tesouro real) – mas também a algumas oficinas controladas pelos governadores provinciais – e à produção de tecidos luxuosos como os *zarbaft*.³² Neste domínio da manufactura de têxteis em seda da melhor qualidade, Kashan, Yazd, Tabriz, Isfahan, Mashhad e Kirman destacam-se, no final do século XV, como importantes e tradicionais centros de excelência, cuja reputação perdura ao longo do século XVII, não só pela quantidade mas ainda pela superioridade técnica e estética da sua produção.³³ Assim o confirmam os *Comentários* de Figueroa bem como as obras de Pedro Teixeira e do Padre Fr. António de Gouveia, ambas da primeira década de Seiscentos, em cujos textos os autores

³⁰ Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 19 e 23.

³¹ Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 17 e 19; e Jessica Hallett & Teresa Pacheco Pereira (eds.), *O Tapete Oriental em Portugal: Tapete e Pintura, séculos XV-XVIII* (Lisboa, 2007), p. 45.

³² Brocado de ouro cuja manufactura, comparativamente à de um tecido normal, implicava a presença em simultâneo no tear de seis homens usando entre vinte e quatro e trinta navetas em vez das duas tradicionalmente usadas na obtenção de padrões complexos. Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 203.

³³ Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 34. Para o tipo de artigos produzidos nestes centros durante este período veja-se o cap. II da mesma obra, “Historical Development of the Textile Industry”, pp. 33-44 e 51-58.

destacam o protagonismo de algumas destas cidades como centros de tecelagem de tecidos e tapetes – por exemplo, ao assinalarem a fama de *Kaxon* (Kashan)³⁴ “por la gran copia de sedas de toda suerte que en ella se labra”, ou informarem quanto à localização destas oficinas em *Aspam* (Isfahan), em redor da praça principal ou *maidam*, por trás das fábricas de armaria do Xá Abbas I: “Tras estes estauão as casas da Seda, em as quaes se tira, em outras se tecem Brocados, Milecas,³⁵ Veludos, Tafetas, Cotonias”.³⁶

Pedro Teixeira acrescenta ainda a relevância de Shiraz “ciudad grande y noble [...] Lábranse en ella algunas sedas de la que se cria en sus contornos” e dos tapetes de *Kermon* (Kirman), acerca dos quais também Figueroa se refere explicitamente no contexto da descrição da residência do sultão de Xiras, Emancolicam, que conhece no âmbito de uma visita de cortesia, quando da sua estada naquela localidade entre 24 de Novembro de 1617 e 4 de Abril do ano seguinte: “[...] pasando luego por dos aposentos pequeños, estucados y pintados y cubiertos por el suelo de alhonbras, hasta dar en una quadra de mediana grandeza, toda dorada y pintada, con hermosas vedrieras labradas con oro, azul y otras colores, y en el suelo hermosas alhombras de Cherman”.³⁷ Ainda no contexto dos centros de produção de tapetes o mesmo embaixador destaca os finíssimos tapetes de Kashan, na sua opinião, os melhores de todo o Levante a par daqueles provenientes de Isfahan.³⁸

Contudo, mais importantes ainda que os tapetes de Kirman, de Kashan ou de Khurasan – onde se produzia o maior número daqueles animados por aves, motivos vegetais e florais – parecem ser os de Yazd, segundo Pedro Teixeira, “nombrada no por muy grande mas por deleitosa, y por las muchas y ricas Alhombras que en ella se hacen que son las mejores de todo el mundo, y muchas sedas [...]”.³⁹ Trata-se de

³⁴ Tavernier é peremptório ao assinalar que naquele centro se produzem alguns dos melhores brocados de ouro e prata destinados à exportação. Cf. Jean Baptiste Tavernier, *Les Six Voyages de Jean Baptiste Tavernier, Ecuyer Baron d'Aubonne, qu'il a fait en Turquie, en Perse et aux Indes, Pendant l'espace de quarante ans, & par toutes les routes que l'on peut tenir: accompagnés d'observations particuliers sur la qualité, la religion, le gouvernement, les coutumes & le commerce de chaque país, avec les figures, les poids, & la valeur des monnoyes qui y ont cours* (3 vols., Paris, 1679-1682), vol. I, p. 80.

³⁵ Milecas, ou melequas, um tipo de tecido, segundo Figueroa, correspondente a “una tela de oro y seda”; cf. *Comentarios*, vol. II, p. 103.

³⁶ Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira del Origen, Descendencia y Svccession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de vn Viage Hecho por el Mismo Avtor dende la India Oriental hasta Italia por Tierra*, ed. Eduardo Barajas Salas (Madrid, 1994) [1ª ed. 1610], p. 350, e Gouveia, *Relaçam*, fl. 61v. Como Floor salienta, a importância da indústria da tecelagem na Pérsia é também atestada pela sua preponderância em certas zonas da cidade como o *maidam* e os bazares. Cf. Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 24-25.

³⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 365.

³⁸ *Comentarios*, vol. II, p. 65.

³⁹ Teixeira, *Relaciones*, pp. 349-352.

uma afirmação consentânea com a opinião de Fr. António Gouveia acerca dos tapetes ali manufacturados quando, a propósito da sua passagem por aquela localidade, o religioso refere que “O pavuimêto da casa cobria hũa alcatifa de muyto preço (& sam as que em Iesda [Yazd] se tecem as melhores do mundo)”.⁴⁰ No entanto, Yazd não se destacava apenas pela sua indústria de tapetes. Também os tecidos daquela localidade, produzidos em grande variedade, gozavam de ampla reputação como era o caso dos cetins figurativos, ao ponto de estimular o desenvolvimento de uma nova classe de artistas, os desenhadores-tecelões, com importância suficiente para assinarem o seu trabalho (sendo conhecidos pelo menos o nome de três).⁴¹

De acordo com o padre agostinho Fr. António de Gouveia, “Ha nella [Yazd] muytos teares de Sedas, Brocados, & melequas de todo genero de cores & nam poderaõ deixar de nos parecer bem, porque em hum dos teares vimos estarse tecendo hũa peça de Brocado cramisim, na qual estauam as imagens da Virgem nossa Senhora com seu bendictissimo filho nos braços, tecidas assi por mandado particular do mesmo Rey, & eu o vi vestido em hum roupam com estas mesmas imagens, ou outras semelhantes [...]”.⁴² Esta observação, a única deste teor identificada entre as diversas relações consultadas, a julgar-se credível afigura-se-nos da maior relevância, porquanto aponta para a existência de uma produção safávida de temática figurativa sacra cristã porventura direccionada para o mercado de exportação católico, no qual Portugal naturalmente se enquadrava; a mesma observação reforça de igual forma a maior abertura do Irão em relação à figuração humana (e religiosa neste caso), em comparação com as outras nações que integram o mundo islâmico – já atestada pelos programas decorativos que animam alguns dos mais importantes testemunhos remanescentes da produção têxtil safávida, em concreto, os veludos figurativos e os tapetes com animais em combate e enrolamentos de gavinhas.

Além destes centros de produção de têxteis em seda outros se contam, nomeadamente no Norte do país, em Shamakhi, Baku e Lar,⁴³ sendo que nesta última localidade a respectiva laboração é em grande medida assegurada por judeus, como forma de contornar algumas das reservas do Islão em relação ao sirgo. Com efeito, cumpre aos judeus o desempenho de muitas das tarefas associadas ao processamento dos têxteis, como a fiação da seda, em Yazd, o controle, selecção e distribuição do fio da seda, em Isfahan ou até mesmo a tintagem, na região do Kurdistan.⁴⁴ Na verdade, e embora esta fibra fosse muito apreciada, a mesma despertava algumas ressalvas no que respeitava à sua manipulação no mundo islâmico: à luz da lei islâmica, os fiado-

⁴⁰ Gouveia, *Relaçam*, fl. 33v.

⁴¹ Arthur Upham Pope & Phyllis Ackerman, *A Survey of Persian Art, from Prehistoric Times to the Present* (6 vols., Londres, 1938-1939), vol. III, p. 2096.

⁴² Gouveia, *Relaçam*, fl. 34v.

⁴³ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 42.

⁴⁴ Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 26.

res e tecelões da seda eram equiparados aos ourives, prateiros e cambistas, e incluídos no mesmo grupo dos curtidores, cantoras, dançarinas e prostitutas, por nas suas profissões terem que lidar com certos materiais considerados impuros, ou colocarem em causa certos aspectos de ordem ética.⁴⁵ Também algumas cláusulas se impunham entre as quatro escolas de interpretação legal em relação ao uso da seda ou à sua proximidade com o corpo, uma vez considerada contrária aos hábitos islâmicos de simplicidade, piedade e austeridade pessoal advogados pelo Corão.⁴⁶

Finalmente, e contanto que pouco se possa adiantar a partir da leitura da obra de D. García, também a produção de espécimes bordados na Pérsia se distinguiu como modalidade regular comportando uma qualidade e reputação elevada, pelo menos nalguns domínios, como o fabrico de arreios de cavalos, conhecidos e muito apreciados fora do país. De outra forma não se nos afigura plausível que artigos com estas características fossem contemplados como saguates do próprio xá aos emissários que o visitavam, como foi o caso de D. García e do seu séquito, a quem ofereceu além das peças de melecas e de veludos duas outras de brocado bordadas, também elas com figuração humana: “Salio el rey de Spahan en aquellos primeros dias, enbiando primero al Enbaxador dos pieças de brocado, bordadas en ellas algunas figuras de persianos, georgianos, y francos, y algunas otras pieças de mileques de oro y plata y de terçiopelo, hasta el número de nueue, que y a sido entre los asianos de dignidad y perfeçon. A sus criados enbió veinte y siete pieças de mileques de plata, y otras de terçiopelo”.⁴⁷

Ainda que o autor nada refira sobre o tipo de bordado em causa, pondera-se a hipótese de que o mesmo pudesse ter sido feito com recurso a fios metálicos, designadamente, de ouro e prata (dourada). Desde sempre muito apreciado no mundo islâmico, o uso abundante deste tipo de matérias – em chapa, fio, ou em folha para douramento/prateamento –, muito em particular do fio de ouro,⁴⁸ conheceu na Pérsia um impulso ainda maior após as invasões mongóis, tornando-se presença assídua nas produções têxteis nacionais, como forma de enriquecimento, simbólico e material, tanto dos tecidos como dos tapetes. A tal ponto, que este tipo de manufacturas se revela responsável pelo desvio de uma parte considerável de metais preciosos do mercado interno, necessariamente importados, perante a inexistência de minas no

⁴⁵ Patricia L. Baker, *Islamic Textiles* (Londres, 1995), p. 20.

⁴⁶ Jon Thompson, *Silk 13th to 18th Centuries: Treasures from the Museum of Islamic Art* (Qatar, 2004), p. 10.

⁴⁷ *Comentarios*, vol. II, p. 412.

⁴⁸ O fio à base de membrana animal que havia sido tão importante no decurso do século XIV desapareceu na dinastia safávida cedendo o lugar ao próprio fio metálico. Todavia, e de acordo com Phyllis Ackerman, em vez do ouro puro usado em tempos remotos adoptavam-se agora tiras metálicas douradas a ouro, sendo que nos melhores momentos estas correspondiam a prata dourada e, mais tarde, a cobre dourado. Pope & Ackerman, *A Survey of Persian Art*, vol. III, p. 2219.

reinado safávida. No entanto, esta realidade nem por isso inibia o fabrico deste tipo de artigos luxuosos no país, ao contrário do que sucedia com os seus rivais otomanos os quais, por vezes, interditavam ou limitavam o seu uso.⁴⁹ Neste contexto, é ainda de notar a resistência do ouro usado nos brocados persas em relação àqueles de feitura europeia, graças ao cumprimento de instruções muito rigorosas, que determinam as quantidades precisas a usar, e ao controle dispensado tanto aos locais de fabrico do fio metálico (para prevenir fundições ilícitas ou roubo) como aos tecidos, obrigando à pesagem dos suportes antes e depois de terminados perante o cliente.⁵⁰

Pese embora o nosso desconhecimento em relação ao número de artífices envolvidos na produção de fio de ouro,⁵¹ o mesmo teria de ser forçosamente considerável, ao ponto de justificar a formação de guildas nalguns dos principais centros manufacturários, como era o caso de Isfahan.⁵² Da mesma forma nos apercebemos da diversidade de tipologias de bordado assim como da existência de bazares próprios com vista à sua comercialização,⁵³ sendo que esta produção contava com o apoio dos soberanos, como o xá Tahmasp I (1514-1576), que empregou escravos especificamente comprados para realizarem bordados em ouro (*zarduz*), concentrando-os no *zarduzan* de Tabriz, como artesãos livres e independentes.⁵⁴ Por exemplo, Tavernier dá conta, no seu périplo de quarenta anos de viagens publicado em 1676 (e alvo de algumas reedições), de um tipo de artesãos especializados na aplicação de flores em ouro e prata com água gomada sobre tafetás depois usados no fabrico de camisas e calças.⁵⁵ Presume-se, pois, que, pelo menos, o acesso a estes filamentos metálicos não constituía qualquer entrave à sua utilização no contexto da produção bordada persa.

⁴⁹ Willem Floor & Patrick Clawson, "Safavid Iran's Search for Silver and Gold", *International Journal of Middle East Studies*, 32, 3 (2000), p. 354.

⁵⁰ Baker, *Islamic Textiles*, p. 26. Tavernier é um dos autores que não deixa escapar este aspecto referindo-se precisamente ao ouro e à prata utilizados no fabrico de tapetes e belos brocados, os quais nunca escureciam (oxidavam) nem perdiam o seu brilho com o passar do tempo. Tavernier, *Les Six Voyages*, vol. I, p. 673.

⁵¹ O ofício de tirador de fio de ouro e de prata (*zarkesh*, *nakh-kuk*) constituía-se como um dos mais importantes na arte dos metais e era exercido em quase todas as grandes cidades do país. Na extensa lista de artigos têxteis elencados por Floor reconhecem-se alguns tipos de fio de ouro, como o *dah-yekduzi* ou o *golabtun*; Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 149, 155.

⁵² Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 149.

⁵³ Como Fryer relata a respeito dos bazares de Kashan. John Fryer, *A New Account of East India and Persia: Being Nine Years' Travels, 1672-1681*, ed. William Crooke (3 vols., Londres, 1909-1915), vol. II, p. 248, *apud* Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 88.

⁵⁴ Floor, *The Persian Textile Industry*, p. 85.

⁵⁵ Tavernier, *Les Six Voyages*, vol. I, p. 673.

Perante a diversidade e qualidade da manufatura têxtil safávida,⁵⁶ não será de estranhar que, após a chegada dos portugueses à Pérsia no início de Quinhentos, a seda, crua ou já transformada em artigos têxteis, se tenha afirmado, desde a primeira hora, como um dos principais produtos exportados para a Índia, através do importante entreposto comercial português que era Ormuz. Assim o confirma Brás Afonso de Albuquerque – acrescentando ainda que a mesma era para ali canalizada em grandes quantidades pelos portos da região, como o de Bagdad e Baçorá⁵⁷ –, e outros autores coevos, que logo dão conta dos cabedais transaccionados pelos portugueses naquele local: é o caso de Duarte Barbosa ao informar que “da cidade de Adem trazem a Ormuz [...] muitos panos de brocados, tafetás e chamalotes comuns. Assim mesmo vem aqui das terras do xeque Ismael muita quantidade de seda [...]”.⁵⁸ Michele Membré, que visita aquela localidade em 1540, faculta informes acerca das outras proveniências da seda que para ali era canalizada referindo que muita vinha de Kashan, entreposto persa de ligação ao comércio encetado no Sul do país para onde convergia seda de Gilan, Varamin, Shirvan, e Mazandaran.⁵⁹

Os mesmos centros de produção acima assinalados mantêm a sua actividade no domínio da sericultura pois, no início do século XVII, a obra que relata a viagem de D. García à Pérsia de igual modo nos confirma a sua relevância. Nela se dá conta dos pólos localizados na província de Hircania, como é o caso de Mazandaran e Starabat, “una gran çiudad que tiene de su proprio nonbre, en que se cria y labra gran cantidad de seda”⁶⁰ e que segundo o religioso agostinho Frei António de Gouveia “somente do Reyno de Hyrcania, ou Estraua, por onde a Persia confina com o mar Caspio, pagam ao Xà trezentas cargas de Seda, em cada hum anno, & em quasi todos os Reynos, & cidades da Persia, ha muyta, & muyto boa”.⁶¹ Também acerca da província de Gilan, a mais produtiva de todas as regiões,⁶² Figueroa faculta notícias, ainda que primeiro se reporte ao cultivo de arroz, à produção de azeite, e à pesca e

⁵⁶ Relativamente à diversidade dos têxteis persas, às suas características intrínsecas e à nomenclatura autóctone veja-se o importante trabalho de recolha de informação realizado por Floor e sistematizado no capítulo III. “Nomenclature of Persian textile Products and Crafts” da obra que nos vem guiando *The Persian Textile Industry*, pp. 129-206, assim como o volume VIII da incontornável obra de Pope & Ackerman, *A Survey of Persian Art*, já algumas vezes citada.

⁵⁷ Brás Afonso de Albuquerque, *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e governador da India, collegidos por seu filho Afonso Dalboquerque das proprias cartas que elle escreveu ao muyto poderoso Rey dō Manuel o primeyro deste nome, em cujo tempo gouernou a India* (Lisboa, 1557), parte IV, fl. ccxcix.

⁵⁸ Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. Neves Águas (Mem Martins, s.d.) [1518], p. 49.

⁵⁹ Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 28.

⁶⁰ *Comentarios*, vol. II, p. 205.

⁶¹ Gouveia, *Relaçam*, fls. 61v-62.

⁶² Curiosamente, no capítulo que Pedro Teixeira dedica às províncias mais notáveis da Pérsia, das quais consta naturalmente Gilan, o autor nem por isso refere a sua produção de seda; cf. Teixeira, *Relaciones*, p. 351.

seca de peixe na sua costa marítima e só depois refira haver “en toda esta prouincia, ansimesmo, gran cosecha y cria de seda, igual ó mayor que en Masandaran y Stara-bat, de que sacan mucho provecho todos sus moradores”.⁶³ A esta informação de carácter geral reconhecem-se nos *Comentários* duas outras notícias mais detalhadas relativas a “*Siruan* [Shirvan, na zona setentrional daquela província], tierra fertilissima y llena de muchos bosques y adonde se coge y beneficia gran cantidad de seda”⁶⁴ e à sua capital, a cidade de *Sumachia*, “lugar grande y populoso, adonde, sin la mucha abundancia de su fertil comarca, se cria grand cantidad de seda que los mercaderes armenyos y persianos en sus caravanas lleuan á las ciudades de Amasia, Natolia y Suria”.⁶⁵ Finalmente, é ainda mencionada a província de *Gurgistan ou Georgiania* (Geórgia), na qual “se cria en ella mucha seda, de que comunmente se viste la gente noble y de mas posibilidad, vendiendo mucha cantidad tambien della á mercaderes armenios, persianos y turcos, á trueco de moneda y paños de Alepo, ó lienços y otras telas de la India de que la gente mas pobre se viste”.⁶⁶

No que se refere aos artigos em seda comercializados pelos portugueses merecem destaque os tecidos e os tapetes os quais, entretanto, suplantam os famosos cavalos persas até então levados para a Índia, graças ao seu fácil transporte e, segundo Luciano Cordeiro, de sedutora valorização exportativa.⁶⁷ Num extenso manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, cujo conteúdo mais tardio data de 1629, é possível ler-se: “O comercio de Ormus he o mayor de toda a India, porque ali vem todos os annos muitos ginetes de Persia e Arabia, dos quais se prove toda a India assi christãos como gentio, e mouros. [...] Muitas sedas e veludos da Persia, e alcatifas [...]”, sendo que mais adiante se volta a reforçar este aspecto, dando conta que “Vem tambem da Persia muita quantidade de seda cruda a Ormus, e dahi se espalha por toda a India, e toda a sorte de seda, e brocados”.⁶⁸

De acordo com alguns investigadores, a maior parte desta mercadoria, em fio ou tecida, era, de facto, transaccionada pelos portugueses mas no âmbito dos circuitos locais, entre os portos da Pérsia e da Índia e em articulação com outros produtos, sendo também de assinalar que os mesmos não se interessaram em aceder directamente ao produtor, preferindo antes estabelecer-se ou deslocar-se aos portos para onde a produção era escoada e consequentemente comercializada.⁶⁹ Segundo João

⁶³ *Comentarios*, vol. II, p. 207.

⁶⁴ *Comentarios*, vol. II, p. 218.

⁶⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 220.

⁶⁶ *Comentarios*, vol. II, pp. 225-226.

⁶⁷ Luciano Cordeiro, *Batalhas da Índia: Como se perdeu Ormuz: Processo inedito do século XVII* (Lisboa, 1896), p. 12.

⁶⁸ Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. 3015, fls. 83-83v, 98v. O mesmo manuscrito foi publicado in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, ed. António da Silva Rego (5 vols., Lisboa, 1960-1975), vol. II.

⁶⁹ João Manuel de Almeida Teles e Cunha, “Economia de um Império: Economia política do

Teles e Cunha, “Os comerciantes de Ormuz escoavam a seda para o Levante na sua ligação com Baçorá, ou transportavam-na para o Sinde em rama, onde era transformada. Os mercadores portugueses baseados em portos da costa ocidental indiana transportavam a seda para o Guzerate e para os sultanatos do Decão, nomeadamente Bijapur. A carga das viagens nestas duas rotas era completada com o comércio de outros produtos. Por exemplo os mercadores de Ormuz não estavam interessados em perder acesso ao fluxo de prata que desaguava em Baçorá. Os 40 a 50% realizados em cada viagem, a uma média de duas a três viagens anuais, constituía um valor seguro e atractivo”.⁷⁰ O mesmo autor acrescenta ainda que Goa não estava incluída neste negócio pois os seus mercadores “só se interessavam no comércio da seda chinesa, mais apetecida tanto pelo mercado indiano como pelo europeu”,⁷¹ justificando assim a não inclusão (pelo menos em termos expressivos) da seda iraniana entre os artigos transportados da Índia para Portugal.

É, todavia, certo que uma parte de artigos em seda provenientes da Pérsia era depois remetida para Portugal, nomeadamente os tapetes,⁷² os quais parecem ter sido os melhores representantes entre nós da arte têxtil safávida, uma vez consideradas: as diversas notícias consigo relacionadas; o número de exemplares ainda sobreviventes em Portugal; a quantidade de pintura portuguesa na qual se pode observar este tipo de espécimes, sobretudo naquela datável de inícios de Seiscentos, momento coincidente com a deslocação de D. García à corte safávida, na qualidade de emissário das

Estado da Índia em torno do mar arábico e golfo Pérsico: Elementos conjunturais, 1595-1635”, dissertação de mestrado policopiada (Universidade Nova de Lisboa, 1995), p. 491.

⁷⁰ Mais adiante, o autor volta a abordar o assunto acrescentando que “enquanto o fio era exportado para o Sinde e Guzerate onde era transformado, a seda tecida era escoada em direcção a Baçorá, encaminhando-se a partir daí por rotas caravaneiras para o Mediterrâneo. Os portugueses adquiriam a seda no entreposto do Bandel do Comorão, em frente de Ormuz, onde chegava dos seus centros produtores, situados perto do mar Cáspio, pelas caravanas de camelos”. No entanto, “Depois dos mercadores portugueses terem perdido o acesso ao terminal das caravanas de seda no Bandel do Comorão, restou-lhes abastecerem-se de seda persa através de portos não portugueses, como Lahari Bandar no Sinde, abastecido por via terrestre e posteriormente por via marítima a partir do porto neutro de Guadel no Macarão; ou ainda pelas cáfilas portuguesas destinadas a Baçorá, que mercadejavam informalmente nas ilhas do golfo Pérsico com mercadores persas e arménios, que as usavam como escalas para mudanças de rotas. Só com a concessão de uma alfândega conjunta luso-persa em Conho, c. 1628, os mercadores portugueses retomaram o acesso directo ao mercado têxtil persa, embora pudessem adquirir tecidos persas por intermédio de portos neutros ou de comunidades mercantis instaladas no porto distribuidor de seda Bandar ‘Abbas, nomeadamente os banianes”. Cunha, “Economia de um Império”, pp. 38, 484, 492.

⁷¹ Cunha, “Economia de um Império”, p. 38. Também Willem Floor partilha desta opinião, defendendo que independentemente da quantidade de seda transportada pelos portugueses para a Índia, a mesma não se destinava, de todo, a Goa, excepto quando integrada em embaixadas oficiais.

⁷² Sobre o estudo dos tapetes orientais em Portugal, mormente daqueles de origem persa, veja-se o catálogo já citado da exposição realizada no Museu Nacional e Arte Antiga: Hallett & Pereira, *O Tapete Oriental em Portugal*.

coroas ibéricas;⁷³ e, não menos importante, a influência que esta manufactura exerceu na produção têxtil nacional como tão bem o demonstram os tapetes realizados em Arraiolos desde o século XVII, a partir das matrizes compositivas e ornamentais safávidas.⁷⁴

Não menos importante, é ainda o facto de entre as tipologias de tapetes importados se incluir um conjunto de exemplares (composto por 12 espécimes dispersos por colecções nacionais e internacionais), ainda na actualidade denominados tapetes portugueses, nos quais se reconhece a figuração, presume-se pelos trajes envergados, de portugueses em embarcações. Muito embora ao longo dos anos se tenha atribuído a feitura destes tapetes a diversos locais do Irão ou da Índia, como foi o caso de Charles Grant Ellis, defensor da sua realização nos ateliers de Ahmedabad, no Gujarat⁷⁵ durante os séculos XVII e XVIII, estudos mais recentes, nomeadamente aqueles da autoria de Steven Cohen ou Daniel Walker, contrapõem argumentando que os mesmos tapetes apresentam características técnicas compatíveis com a produção de Khurasan desenvolvida no decurso do século XVI.⁷⁶ Pese embora a falta de estudos mais aprofundados neste domínio, julgamos que também o reconhecimento deste tipo de tapetes reforça a relevância de Portugal na exportação dos têxteis persas, ao ponto de justificar o desenvolvimento de produções direccionadas para o mercado luso, como já a referência a tecidos com representações marianas parece sugerir.

A participação portuguesa no negócio da seda

No início do século XVII, a seda assume uma relevância incontestada na Europa, enquanto insígnia de poder social e a mais cobiçada de todas as mercadorias transa-

⁷³ Como Jessica Hallet nota, devido ao seu preço proibitivo, os tapetes safávidas do século XVI teriam provavelmente pouca procura entre as classes médias da Pérsia, Índia ou Europa, destinando-se essencialmente a um mercado de luxo. E acrescenta que “esta noção é comprovada pela arte portuguesa, na qual os tapetes persas apenas começam a surgir em números significativos, comparáveis às representações de tapetes turcos, cerca de cinquenta anos depois dos retratos de D. João III e D. Catarina, no início do século XVII”. Hallett & Pereira, *O Tapete Oriental em Portugal*, p. 45.

⁷⁴ Sobre os tapetes de Arraiolos vejam-se apenas a título de exemplo: Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos* (s.l., s.d.); Jorge Fonseca, “Tapetes de Arraiolos: Novos elementos para a sua história”, *Almansor: Revista de Cultura*, 13 (1995-1996), pp. 113-125; Maria José de Mendonça, “Tapetes de Arraiolos”, in João Barreira (ed.), *Arte Portuguesa: As artes Decorativas* (Lisboa, s.d.).

⁷⁵ Cf. Maria Helena Mendes Pinto, “Tapis Portugais”, in *Via Orientalis*, Catálogo da exposição (Bruxelas, 1991), p. 148.

⁷⁶ Steven Cohen, “Safavid and Mughal Carpets in the Gulbenkian Museum, Lisbon”, *Hali: International Magazine of Antique Carpet and Textile Art*, 114 (2001), pp. 75-77; Daniel Walker, “Carpets of Khorasan”, *Hali: International Magazine of Antique Carpet and Textile Art*, 149 (2006), p. 74.

cionadas naquele tempo. Com efeito, e ainda que a seda tenha sido desde sempre muito requisitada, na transição do século XVI para o seguinte torna-se no principal artigo a ser importado pela Europa, fazendo deste período um ponto de viragem no que respeita ao seu consumo no Velho Continente: até então reservada às elites, a seda afirma-se agora como um símbolo de riqueza da burguesia europeia emergente.

Por outro lado, quando Abbas I se decide a exportar seda directamente para a Europa, a Pérsia entra num mercado no qual havia desempenhado um diminuto papel desde o século X, sendo que só então alcança um volume de exportações sem precedentes.⁷⁷ Para a efectivação desta parceria contribuem dois importantes factores: a fase de expansão que a sericultura conhece na Pérsia, após a conquista empreendida por Abbas I, no início de Seiscentos, das mais importantes regiões produtoras da região do Cáspio – como Gilan, Mazandaran, Qarabagh e mais tarde Shirvan –, até então sob controle otomano, e a ulterior centralização da produção e comercialização da seda nas mãos do xá, no âmbito da sua estratégia governativa;⁷⁸ a colaboração de um grupo organizado e experiente na comercialização da seda, a dos arménios en-

⁷⁷ De acordo com McCabe, no início da era Moderna, a seda safávida correspondia a 86% do total da seda em rama então consumida na Europa, cerca de 200 000 a 250 000 kg; Cf. McCabe, *The Shah's Silk for Europe's Silver*, p. 1.

⁷⁸ O controle real que Abbas assume sobre o mais importante artigo persa de exportação que é a seda, após a subjugação das províncias do Cáspio e a sua integração no *khassa* (ou rendimentos da coroa), inscreve-se na estratégia económica e política que este empreende, de centralização do poder do estado sob a sua autoridade pessoal, a qual não se limita a um mero redireccionamento da comercialização desta matéria para outros destinatários; é um processo bem mais amplo e complexo que, apenas a título de exemplo, afecta a mudança da capital, de Tabriz para Isfahan (mais próxima do Golfo Pérsico) ou a deslocação forçada, em 1603, de grande parte da população da Geórgia e Arménia para Mazandaran, no âmbito da promoção da sericultura na região, uma vez presente a quantidade de pessoas necessárias neste moroso e complexo processo. Embora se desconheça o momento em que este monopólio real foi implementado, depreende-se que Abbas o tivesse em mente desde 1600, altura em que se encontrava em curso a pacificação da região do Cáspio, uma zona isolada, do ponto de vista geográfico, por extensas cadeias de montanhas, caracterizada pela diversidade política e religiosa e, consequentemente, por permanentes disputas territoriais. Com vista ao incentivo da sericultura, o xá toma um importante conjunto de iniciativas que contemplam: a organização da produção e colheita da seda em províncias sob a sua tutela administrativa; a garantia da compra, armazenamento, recolha e venda da seda tudo no mesmo sistema, supervisionado pelos seus agentes, sendo que os mais proeminentes terão sido Lalah Beg e Mulayim Beg; o alargamento do mercado para a seda angariando, com esse objectivo, novos parceiros comerciais, os quais são entendidos como adicionais relativamente aos circuitos indígenas e não como substitutos. Em retorno, os rendimentos obtidos a partir da seda não só são aplicados no financiamento das funções vitais do Estado – garantindo a capacidade de desencadear guerra aos inimigos, de manter o controle da ordem pública e de assegurar a reprodução do poder – como ainda contribuem para o aumento do poder e rendimentos pessoais do xá. Relativamente a este assunto vide a tese de doutoramento de Linda Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, e o capítulo intitulado “Shah 'Abbas and the Safavid Political Economy: territorial expansion, anti-Ottoman diplomacy, and the politics of silk” na obra de Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 61-90.

tretanto instalados no subúrbio de Nova Julfa da recente capital do país, Isfahan (criada em 1590).⁷⁹

Estavam, portanto, criadas as condições para uma conjuntura favorável no que se refere à disponibilidade de oferta desta matéria-prima, por parte da Pérsia, e a uma procura equivalente por parte da Europa. Em troca de metais preciosos (ouro e prata) – os quais funcionam como a base do fornecimento de moeda ao sistema financeiro safávida e de financiamento das importações de bens destinados ao consumo interno, como aqueles de proveniência indiana, ao mesmo tempo que são usados na produção artística (nas indústrias têxteis e na produção de ourivesaria, por exemplo) ou no entesouramento real⁸⁰ –, os europeus obtêm a tão necessária matéria-prima para as indústrias de tecelagem europeias, designadamente das francesas, holandesas⁸¹ e inglesas, então em franca laboração.

Com o objectivo de consumir os seus interesses, Abbas desencadeia um conjunto de actividades diplomáticas, sendo que uma das principais consiste no envio de emissários portadores de fardos com amostras de diferentes categorias de seda a diversos reinos não-islâmicos, com o intuito de encontrar um parceiro que lhe garanta uma rota alternativa de escoamento da seda sem passar pelo império otomano. Entre estes

⁷⁹ Muito antes da produção de seda ter sido iniciada na Pérsia, já os mercadores arménios transportavam seda entre a Ásia Central e a China através das rotas da seda. Abbas não só tem consciência do seu protagonismo neste circuito (são de referir não só a importante rede de contactos que dispõem ao longo destes eixos de comercialização, como o facto da sua passagem, enquanto minoria protegida, ser tolerada no reino Otomano, o que muito favorece a sua circulação, até mesmo na qualidade de agentes diplomatas do próprio Abbas), como da necessidade dos seus préstimos na concretização das suas ambições económicas para o país. Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, p. 71 e sgs. Sobre a relevância e desempenho dos arménios no comércio, designadamente, da seda veja-se a já citada obra de Ina Baghdiantz McCabe; o artigo de Michel Aghassian & Kéram Kévonian, “The Armenian Merchant Network: overall autonomy and local integration”, in Chaudhury e Morineau, *Merchants, Companies and Trade*, pp. 74-94; ou Vahé Baladouni & Margaret Makepeace (eds.), *Armenian Merchants of the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries: English East India Company Sources* (Filadélfia, 1998).

⁸⁰ Como alguns autores sublinham, a necessidade de angariar metais preciosos, como o ouro e a prata, constitui-se como a grande motivação subjacente ao negócio da seda iraniana. Sobre este assunto veja-se o já citado artigo de Floor & Clawson, “Safavid Iran's Search for Silver and Gold”, pp. 345-368.

⁸¹ No caso concreto dos Países Baixos, até 1580 não existia qualquer indústria importante de manufactura de artigos em seda nem os neerlandeses comercializavam esta fibra, uma realidade que apenas se altera com o influxo de artesãos e mercadores marranos refugiados da zona Sul do país. Ironicamente, não menos importante ao rápido desenvolvimento e afirmação de Amesterdão como eminente centro de produção têxtil em seda foi o leilão ali realizado, em 1604, de 1200 fardos de seda chinesa constantes da carga da carraca portuguesa Santa Catarina entretanto apresada pelos holandeses na costa de Singapura. Willem Floor, “The Dutch and the Persian Silk Trade”, in Charles Melville (ed.), *Safavid Persia: The History and Politics of an Islamic Society* (Londres, 1996), pp. 325-326.

potenciais parceiros⁸² encontrava-se naturalmente Portugal, detentor de um já instalado e bem oleado canal de distribuição no país, como era Ormuz e, tal como a Pérsia, figadal inimigo dos turcos, circunstância que cedo se assumiu como pretexto de aproximação entre ambos os Estados, como o comprovam as cartas e missões diplomáticas, trocadas regularmente, reiterando amizades e apoios mútuos contra aqueles “infiéis”.⁸³

Do que nos é dado compreender,⁸⁴ a iniciativa da proposta de fazer desviar a rota da seda que passava pelo império otomano para a rota marítima de Ormuz com destino a Lisboa, de onde então seria distribuída “polla Christandade com muyta vtilidade sua, & dano do Turco” terá, no entanto, partido de Anthony Sherley (1565-1635), que assim a sugere ao 8º conde de Benavente, D. Juan Alfonso Pimentel (1576-1621), vice-rei de Nápoles, de quem se tornara recentemente adjunto ou conselheiro.⁸⁵ Com o assentimento da coroa de Espanha, a mesma proposta foi apresentada,

⁸² Como Rudolph Mathee destaca, os primeiros contactos de xá Abbas foram não com nações da Europa ocidental mas com a Rússia, um país cujo sentimento anti-otomano revelava um historial paralelo ao do Irão. Só depois reorientou os seus contactos para as poderosas nações ocidentais, entre as quais, além de Portugal, se incluíam os reinos de Inglaterra, Holanda, Polónia, Suécia e os grão-ducados da Toscânia e de Veneza. Entre os factores que muito contribuíram para que no futuro a maior parte das companhias comerciais, entretanto criadas na Europa, enjeitassem relações com a Pérsia contam-se a limitada atracção económica que este país despertava assim como as suas características geográficas e políticas: além da seda pouco mais tinha que justificasse o investimento logístico e financeiro no país, ao mesmo tempo que se revelava de difícil acesso, através de portos localizados a Sul do país, a mais de mil quilómetros de distância da capital e das regiões mais produtivas e com extensas zonas semi-desérticas e montanhosas pelo meio.

⁸³ Relativamente à história diplomática entre os dois países sugere-se a consulta do texto introdutório e sintético de Luís de Matos da obra *Das Relações entre Portugal e a Pérsia, 1500-1758: Catálogo Bibliográfico da Exposição comemorativa do XXV centenário da Monarquia no Irão organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian* (Lisboa, 1972), e o texto de Roberto Gulbenkian, “As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, s. 2, 31 (1986), pp. 485-506. Já numa perspectiva ibérica, sobre o estudo deste relacionamento após a união das duas coroas, leia-se também o capítulo “Las relaciones hispano-persas” publicado por Luis Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa: Epistolario Diplomático* (Cáceres, 1989), pp. 33-165.

⁸⁴ A partir da leitura de alguns textos publicados que abordam o negócio da seda entre Portugal e a Pérsia como: os capítulos XIII e XIII da obra do agostinho Fr. António de Gouveia, *Relaçam*; Gulbenkian, “As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia”; Francisco Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao Estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos Princípios do Século XVII* (Lisboa, 1952), pp. 303-356; Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*; e Mathee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, pp. 79-84.

⁸⁵ Assim o relata Fr. António de Gouveia no capítulo XIII do livro terceiro da sua obra, “Da occasiam que o Xá teue pera mudar o trato da seda de Alepo pera Ormuz, & das vtilidades que desta embaixada se podem seguir”, *Relaçam*, fls. 183-186v. De acordo com Francisco Mendes da Luz este projecto de mudar o tráfico da seda de Alepo para Ormuz era já antigo na mente do inglês ao serviço de Abbas, uma vez que logo em 1604 insistira ele em obter licença para ir à

em 1608, por um enviado do designado conde (um negociante natural de Ormuz de nome Domenico Stropene) ao rei safávida.

Importa, contudo, assinalar que a referida proposta sobre a seda persa é formulada num momento particularmente crítico do relacionamento hispano-persa, quando Abbas I se ressentia da falta de apoio que contava receber do rei católico na luta contra os seus vizinhos – e que o impele a declarar guerra aos turcos em 1603⁸⁶ – ao mesmo tempo que toma conhecimento da aliança de Rudolfo II da Alemanha com o sultão da Turquia (a 11 de novembro de 1606), um acontecimento que contradiz as promessas dos príncipes europeus de se aliarem ao xá contra Ahmad I. Ponderadas as presumíveis vantagens económicas para ambas as coroas, o negócio da seda deveria aplacar a ira do monarca persa que, irritado, ameaçava a sobrevivência da comunidade cristã no território, essencialmente assistida pelos religiosos Agostinhos, assim como dos entrepostos sob controle português, como era o caso da ilha de Barm e, sobretudo, de Ormuz.

De acordo com o testemunho do religioso Fr. António Gouveia, que então ali se encontrava (conjuntamente com Fr. Guilherme de Santo Agostinho) como portador de correspondência e de um saguete de Filipe III de Espanha ao Xá – a quem, segundo o próprio, o rei persa mandou chamar para discutir a questão – mudar este trato para Ormuz afigurava-se uma opção atractiva para Abbas “pois era scala mais segura [...]. No que nem elle nem seus vassallos perderião nada, antes interessarião muito, pois o caminho de Ormuz era mais breue, mais frequentado dos Persas, & Armenios, & de menos risco pera as Cafilas que por terra de Turcos, & Arabios não podiam caminhar tam seguras, como pollas suas proprias. Pois as que auia de pesar, todas eram suas, & de seus vassallos, & que quando se nam interessasse mais que o proueito que se tiraua ao Turco, este sô respeito deueria mouer a sua Alteza a fazer esta mudança”.⁸⁷ Por outro lado, e em resposta aos receios manifestados pelo rei safávida em relação ao risco em que os seus vassallos incorriam ao optar por esta alternativa, o vice-rei de Nápoles comprometia-se a “mandar pella via da India contratadores à Ormuz pera que ali comprassem, & pagassem a seda, & que nam esperaua mais que a resposta de suas cartas para o effectuar”, sendo que também os seus mercadores parsis e arménios se podiam deslocar a Goa e, até eventualmente, a Espanha.⁸⁸ Neste contexto, deveriam ser enviados barcos de Goa a Ormuz duas vezes por ano, para recolher os mercadores e a seda da Pérsia, e aplicar-se taxas muito baixas sobre os artigos exportados: segundo Luciano Cordeiro “Pagariam por cada

corte espanhola, apresentar as vantagens de tal negócio para a coroa daquele Rei católico. No entanto, e perante a fria recepção com que a ideia parece ter sido recebida em Espanha, Anthony recorre ao conde de Benavente como interlocutor. Cf. Luz, *O Conselho da Índia*, pp. 325-326; Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 80.

⁸⁶ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 59.

⁸⁷ Gouveia, *Relaçam*, fl. 184v.

⁸⁸ Gouveia, *Relaçam*, fl. 185.

carga de duas balas cinco larins, apenas, uma insignificancia – «de registo» – em Ormuz. No Reino, também não parecia que pagassem muito ficando obrigadas a 7 por cento de direito geral mais 3 por cento para o Consulado, ou 10 por cento de entrada – de importação, como hoje diríamos. As sedas – «assim da fina como da longa» – eram avaliadas, para o effeito do fisco, em – «20 reales» – a libra, cousa de 900 réis nossos; o frete de Ormuz a Lisboa carregal-as-ia com – «100 reales» – por cada bala, sendo esse frete, para as mais mercadorias, de – «600 reales»”.⁸⁹ Em alternativa a este percurso com escala na Índia uma outra hipótese se ponderava, a de que os barcos rumassem directamente de Ormuz para Lisboa, como forma de evitar afectar o negócio da seda chinesa que na Índia era a principal mercadoria a alimentar a contratação da China, como adiante se exporá.

Como demonstração da sua aparente boa vontade em relação à efectivação do negócio da seda, além de o expressar na missiva que envia ao rei católico – “como do theor da sua carta se pode ver que, o que lhe encomenda acerca da seda he muito de seu gosto, & o que o terá particular de tirar este proueito o Turco, & dalo aos vassallos de sua Magestade [...]”⁹⁰ – Abbas determina que toda a seda que lhe pertence e se encontra disponível em Isfahan seja reunida e enviada à corte de Filipe III, “pera que seja a primeira que se arrisque, & tire o receo aos mercadores, abrindolhe o caminho pera leuarê a sua”.⁹¹ Com effeito, em 1608, Abbas envia à corte de Espanha uma embaixada liderada por Dengiz Beg – o qual se faz acompanhar pelo comerciante persa, Coge Rajabo, por Fr. António Gouveia e pela referida seda, cerca de “mil, & seiscêtas mãos, pello peso da India das quaes tem cada hũa vinte & cinco arratens”, correspondentes a vinte e cinco fardos de seda de Gilan e a outros sessenta e um de Khurasan,⁹² das quais uma parte foi vendida em Goa, com vista ao financiamento da missão.⁹³

Muito embora o religioso saliente que perante o embaraço do Xá, face a tão diminuta quantidade angariada no seu tesouro, o mesmo tenha determinado que a dita cuja seda fosse oferecida como “sinal da muyta que seus vassallos hauiam de trazer a Hespanha”,⁹⁴ aparentemente o objectivo que enformava este envio era outro: segundo della Valle, Abbas desejoso de apurar informações concretas sobre a viabilidade do comércio da seda pela nova via ordena a sua venda, o que não só não se

⁸⁹ Cordeiro, *Batalhas da Índia*, pp. 12-13; Manuela Sobral Blanco Velez, “As Linhas Marítimo-comerciais Portuguesas no Oriente”, in Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: Actas* (Lisboa, 1985), p. 87.

⁹⁰ Gouveia, *Relaçam*, fls. 183-183v.

⁹¹ Gouveia, *Relaçam*, fl. 185.

⁹² Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v, e Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 70.

⁹³ Segundo João Teles e Cunha, das 1641 mãos de seda que acompanhavam a missão, 309 mãos e 17 arráteis foram vendidas em Goa, e as remanescentes 1.351 mãos e 20 arráteis seguiram para Espanha. Cunha, “Economia de um Império”, p. 31.

⁹⁴ Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v.

concretiza, como conduz à morte do emissário Dengiz Beg por decisão do rei safávida quando, após o seu regresso à Pérsia em 1613, toma conhecimento que este a havia oferecido em seu nome ao rei católico. A este desígnio escapou Fr. António Gouveia, entretanto designado Bispo de Sirene e Visitador Apostólico, quando, confrontado pelo xá sobre o produto da venda da seda, lhe apresentou um atestado da alfândega de Ormuz, no qual os seus dois companheiros da missão declaravam que o carregamento da seda não era uma mercadoria, mas um presente do rei da Pérsia para o rei de Portugal⁹⁵ – uma iniciativa aparentemente resultante da sugestão do próprio religioso nesse sentido, como forma de contornar as despesas com taxas e transporte a que a seda estaria sujeita; contrapunha ainda Gouveia que o rei de Espanha não era um comerciante e que o mesmo tinha enviado artigos, os quais podiam ser considerados como um presente ou como forma de pagamento pela seda persa. Ao que tudo aponta, o religioso não estaria completamente inocente uma vez que, quando feitas as contas e intimado pelo Xá a reembolsá-lo da diferença entre o valor estimado para a seda e aquele para o presente (de importância inferior), o frade depressa abandonou o Irão.⁹⁶

Muito embora a questão do negócio da seda persa não tenha ficado encerrada após as assinaladas atribuições, a verdade é que o final desastroso que coube a esta missão apenas fez emergir toda uma série de questões pendentes que já há algum tempo vinham determinando a implementação de verdadeiras estratégias geo-político-diplomáticas por parte de Portugal e da Pérsia. Se Filipe II de Espanha intentou, até aos últimos anos do seu reinado, a manutenção de relações cordiais com o Irão, assumindo a iniciativa dos contactos – nomeadamente, através do envio de cartas em cujos conteúdos manifestava a sua amizade e exortava o jovem monarca iraniano a debelar o Turco –, já o seu sucessor teve bem mais dificuldade em gerir esse relacionamento perante a declarada ambição de Abbas I,⁹⁷ figura que Luciano Cordeiro descreve nos seguintes moldes: “Inteligente e perfido, o moço Sophi, vencidos os turcos ao norte, mas tendo de assegurar a leste e ao sul a sua obra intrepida de consolidação e de unidade política, acautelava a rectaguarda, obtemperando às importunações européas, procurando desarmar suspeitas e illudir apprehensões que poderiam incommoda-lo seriamente, em meio d’essa obra”.⁹⁸

Com efeito, e como lucidamente Francisco Mendes da Luz observa, “o poderoso Xá Abbás, durante o seu longo governo, nunca perdeu de vista a famosa Ormuz e demais ilhas do Golfo Pérsico delas tributárias – como Barém e Queixome – e para

⁹⁵ Gulbenkian, “As Embaixadas e as Missões Diplomáticas Portuguesas na Pérsia”, p. 496.

⁹⁶ O religioso, receando pela sua vida, fugiu para Shiraz, onde foi detido por Emancolicam, governador-geral de Fars, o qual, por falta de instruções acerca do que fazer (as quais chegaram tarde demais), autorizou a sua partida para Ormuz.

⁹⁷ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 39-40.

⁹⁸ Cordeiro, *Batalhas da Índia*, p. 9.

conseguir tal intento, vai usar de toda a sua fina habilidade, de todo o seu tacto diplomático e força militar também tendo sido, por sorte favorecido, nestes seus desígnios, pelos Ingleses, que acabavam de travar contacto com a sua corte [...]. Será, pois, a esta luz que nós teremos que apreciar todas as relações aparentemente amistosas de enviados e embaixadores, naturais ou estrangeiros, que o Persa mandou ao Rei de Portugal. Os grandes, os fabulosos presentes de toneladas de seda não serviam senão para encobrir reservadas intenções, que aliás não passaram despercebidas aos dirigentes portugueses mas, contra as quais, umas vezes dificilmente se podia opor resistência eficaz e, outras ainda, se não actuou com a oportunidade requerida, além de que o procedimento de alguns capitães portugueses em Ormuz na sua deficiente administração também foi de molde a favorecer os intentos do Xá”.⁹⁹

Foi, assim, com estas motivações latentes que Abbas I se foi relacionando com a coroa ibérica, ao longo das duas primeiras décadas do século XVII revelando-se um verdadeiro estratega. Dotado de um grande jogo de cintura, o rei safávida permitiu-se manifestar publicamente a sua amizade a Filipe III e o interesse pela venda directa da seda aos seus súbditos, ao mesmo tempo que ordenava o ataque e a conquista de entrepostos portugueses no Golfo Pérsico, entabulava negociações de paz com os turcos, e ainda cativava os ingleses a comerciarem no seu país, desejosos que estavam daquele cabedal e de encontrarem um mercado para onde canalizar os excedentes da sua produção têxtil. Trata-se de um conjunto de iniciativas que, como Rudolph Matthee observa, materializam o entendimento de Steensgaard em relação à tática do rei Abbas: basicamente concebida no sentido de intimidar os otomanos e de manipular os europeus.¹⁰⁰

De facto, muito embora a proposta em discussão, de redireccionamento do sirgo, se pudesse afigurar interessante e apelativa a ambas as partes, a verdade é que os dois intervenientes directos parecem tê-la assumido essencialmente como uma manobra

⁹⁹ Luz, *O Conselho da Índia*, pp 307-308.

¹⁰⁰ Cf. Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran*, p. 82. Como se assiste a determinado momento, quando o Xá em forma de ultimato (levado por Fr. Belchior dos Anjos) ao rei de Espanha para que se despachasse no apoio contra o Turco e no negócio da seda, o adverte da insistência dos ingleses em obter um porto nas suas terras junto a Ormuz para ali construírem uma fortaleza e poderem começar a negociar, designadamente, a seda que costumava ir a Alepo. Uma vez consideradas as implicações subjacentes a cada uma destas acções, desencadeadas e em simultâneo, depreende-se que a sua articulação não era seguramente fácil para o xá; veja-se o que sucedeu quando, dois anos após a assinatura do tratado de paz, em 1613, entre safávidas e otomanos, Abbas I não cumpriu com o estipulado de fornecer 200 *yük* de seda anualmente, apenas autorizando o transporte para a Turquia de metade do valor e optou antes por negociar com os portugueses, que canalizaram a seda remanescente para Portugal: como consequência deste incumprimento, os otomanos reiniciaram as hostilidades em 1617. Cf. Samuel Purchas, *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes: Contayning a history of the world, in sea voyages and lande travells by Englishmen and others* (20 vols., Glasgow, 1905-1907), vol. IV, pp. 275-276, *apud* Floor, *The Economy of Safavid Persia*, p. 222.

diplomática concebida mais como um exercício de retórica, com vista ao desvio da atenção dos seus verdadeiros intentos, do que como uma opção a empreender – chegando ao ponto de, no seguimento da vinda de Robert Sherley a Madrid em 1610, acordarem um tratado de paz e aliança de tripla vertente militar, comercial e diplomática cujas medidas discutidas e aprovadas se afiguram, como Luis Gil Fernandez observa, utópicas.¹⁰¹

É verdade, como Mendes da Luz assinala, que o plano gizado por Espanha de desviar o trato da seda de Alepo para Ormuz não deixaria de seduzir o Xá,¹⁰² perante a necessidade com que o mesmo se debatia de encontrar alternativas viáveis e eficazes ao velho caminho do Levante, no qual a seda era assiduamente impedida de passar; e se algumas alternativas de mercado surgiam a Oriente (por exemplo, na corte mogol), as mesmas nem por isso cobriam as perdas sentidas no contexto ocidental uma vez que ali esta mercadoria entrava em competição com a seda chinesa,¹⁰³ a qual circulava por todo o Estado da Índia, como importante moeda de troca na aquisição de outros produtos asiáticos.

Caso o desvio da seda por Ormuz se concretizasse, o monarca persa deixava de ter de pagar direitos alfandegários sobre a sua principal mercadoria de exportação e motor da economia safávida, ao mesmo tempo que privava o seu rival dos devidos rendimentos. Também a Portugal o negócio se apresentava, *a priori*, apelativo uma vez detentor da praça de Ormuz, por cuja alfândega passava grande parte do comércio do Sino Pérsico, no âmbito de um intenso tráfego regional estabelecido entre a Arábia, a Pérsia e a Índia, com a acrescida benesse de, presumivelmente, o xá desistir da sua conquista, uma vez relevada a rentabilidade gerada pelo negócio. Não menos apelativo deveria ser para o rei de Espanha “porque se este negocio se effectuar parece que fica elle sendo senhor de toda a seda do mundo, pois em Europa nam sabemos que aja noutra parte se nam em Granada metida nas entranhas de Hespanha: a da China que he muita, & muito boa sò os vassallos de sua Magestade a compram, & vendem [...]”.¹⁰⁴

No entanto, vários factores inviabilizaram um negócio que podia ser, de facto, promissor. Em jeito de síntese, da parte persa, o contrato em causa apresentava-se como o preço a pagar pelo auxílio da armada espanhola contra os Turcos, como um alibi para, no decurso das negociações em curso, aceder aos entrepostos portugueses e, em desespero de causa, como a última alternativa de escoamento da seda nacional, caso todas as outras possibilidades falhassem rotundamente. Abbas cobiçou desde

¹⁰¹ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 95.

¹⁰² Luz, *O Conselho da Índia*, p. 325.

¹⁰³ Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, pp. 79-80.

¹⁰⁴ Gouveia, *Relaçam*, fl. 185v.

cedo Ormuz e tendo contas a acertar com os portugueses,¹⁰⁵ não estava decerto interessado em sociedades desta envergadura consigo, tanto mais quando outros parceiros lhe surgiam bem mais disponíveis a aceder aos seus interesses, em troca da sua colaboração (forçada) na conquista daquele precioso entreposto.¹⁰⁶

Por outro lado, o desvio do sirgo produzido no reino safávida pela rota oceânica não interessava, de todo, nem à corte nem aos mercadores nativos, muito em particular, aos arménios que se viam, assim, obrigados a partilhar aquele comércio perdendo a sua hegemonia no sector. E mesmo quando a East India Company se assumiu como parceira da Pérsia neste comércio, em 1617 – após a obtenção do seu primeiro *farman* (o decreto real que lhes permitiu negociar no território persa) e do seu assentamento nos portos de Jasques (Pérsia) e Surate (Índia) –, a quantidade de seda que adquiria era dispicienda,¹⁰⁷ por não disporem de dinheiro ou artigos suficientes e apelativos para comerciar – uma realidade que apenas se altera após a chegada e participação da Companhia holandesa, em 1623, capaz de obter preços mais competitivos, graças à maior procura das mercadorias que ofereciam em troca pela seda, em comparação com aquelas levadas pelos ingleses.¹⁰⁸ Sobre este assunto, o relato

¹⁰⁵ Como bem o demonstra a decisão de, após a tomada do Bandel do Comorão (a 21 de Dezembro 1614), levar através da Pérsia, e expor nas suas principais cidades, um grupo de 45 prisioneiros portugueses, como observa Mendes da Luz, para que todos os seus vassallos pudessem certificar-se de como as suas forças eram capazes de quebrar as dos até então invencíveis portugueses. Segundo carta de Frei Belchior dos Anjos, o Xá fê-los marchar durante dois meses “no sólo cargados de prisiones, pero vestidos con ábito vergonçoso y para mouer a riza y menosprecio a mucha turba de ynfielos que los mirauan”, para depois serem libertados pelo mesmo Abbas, como gesto de boa vontade, uma vez informado da chegada (a todo o momento) de D. García de Figueroa. Luz, *O Conselho da Índia*, p. 339, e Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 141-142.

¹⁰⁶ Linda Steinmann recorda a ameaça do xá aos ingleses no sentido em que ou estes providenciavam o necessário apoio no ataque a realizar a Ormuz ou então que esquecessem o comércio da seda; cf. Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, p. 19.

¹⁰⁷ O mesmo se reconhece em relação aos artigos têxteis persas adquiridos pela East India Company (EIC): no caso dos tecidos, apenas os tafetás manufacturados em Yazd e Kashan pareciam ser do interesse dos ingleses; se por um lado argumentavam que os veludos e cetins iranianos eram lixo quando comparados com aqueles de manufactura europeia e os veludos figurativos não se enquadravam no gosto e mercado inglês, também os persas não se manifestaram empenhados em alterar a sua produção com vista a agradar os novos destinatários. Em relação aos tapetes, a EIC preferiu desde logo não os comerciar, uma vez considerado o seu preço oneroso, sobretudo quando comparado com os seus congéneres indianos, e a pouca estima que despertavam em Inglaterra, uma opção que acabaria por limitar as aquisições destes espécimes aos negociantes particulares. Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 72-76.

¹⁰⁸ Ainda assim, e não obstante o reconhecimento da sua qualidade artística, o volume de tecidos e tapetes transaccionado pela *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) era também de pouca expressão, sendo que a maior parte dos tecidos comprados pelos holandeses de destinava aos príncipes asiáticos enquanto presentes diplomáticos e os tapetes, cerca de 25 a 100 por ano, eram essencialmente de lã e pequenos (sendo alguns em seda, por vezes enriquecidos com fio de ouro e de prata). Floor, *The Persian Textile Industry*, pp. 74-77. Sobre o comércio da seda

da viagem de D. García é deveras interessante porquanto não só revela as fragilidades deste comércio anglo-persa como confirma a sua vigência à luz dos verdadeiros interesses de Abbas, os mesmos já antes considerados nas negociações levadas a cabo com Portugal. Basicamente são três os aspectos abordados nos *Comentários*, a saber: a irregularidade e a incerteza da chegada dos barcos a Jasques, no final de Dezembro, em função das monções; o facto da seda (proveniente das mais importantes regiões produtoras como Gilan, Mazandaran e Shirvan) levada a Alepo sair mais barata do que aquela transportada para Jasques, tendo em conta a maior brevidade da viagem, da facilidade e segurança do caminho – sendo que também a viagem de Alepo para Inglaterra e outras partes da Europa “ni en el tienpo, ni en el peligro, no es en ninguna manera comparable con el que se haze por el Ocçeano, siendo por el Mediterraneo tanto más corto, seguro y prouechoso”; e dos panos que constituíam a maior parte da mercadoria levada pelos ingleses serem pouco consumidos pelos persas e mais caros do que aqueles adquiridos em Isfahan provenientes de Alepo, via Bagdad. Em resumo, “Y ansi, la contratacion y comercio en Jasques, ni á los persianos, ni á los ingleses podia ser de tanto prouecho que correspondiese á las muchas demostraciones que el rey de Persia hazia con la amistad de estos mercaderes, si no fuese, como claramente se echaua de ver, para debaxo della tratar cosas más importantes, como se a dicho, siendo estas hazerse señor del reyno de Ormuz, en que mucho tienpo podrian interesar ayudando este designo del rey”.¹⁰⁹ Nesta conformidade e não obstante a importância dos negócios marítimos, os arménios e o comércio terrestre mantiveram-se como opção fiável mantendo-se, até 1629, como os melhores clientes de Abbas.¹¹⁰

Também do lado ibérico há diversos aspectos a assinalar, sendo que alguns podiam afectar mais os interesses de Espanha, outros os de Portugal, e outros ainda dir-se-iam os de ambos, como sucessivos pareceres coevos (da autoria de Antony Sherley, de Frei António Gouveia, de Fr. Belchior dos Anjos ou de Duarte Gomes de Solis, por exemplo) advertem: importa, desde logo, realçar o facto da proposta de Anthony Sherley nunca ter sido verdadeiramente acolhida pela coroa espanhola e pelos seus subsidiários directos, como o atestam as atitudes do Conselho de Estado espanhol e do Conselho da Fazenda do Estado da Índia – a chegada a Madrid de Robert Sherley, seu irmão (em Janeiro de 1610) vestido à persa, também em nada contribuiu para o reforço da credibilidade do negócio a discutir. Céptico em relação ao assunto, o Conselho revela-se moroso e indeciso na tomada de decisões, protelando o assunto por demasiado tempo, tanto através do envio de correspondência, de conteúdos sistematicamente repetitivos e pouco ou nada decisivos, como de uma embaixada ofi-

persa pelos neerlandeses veja-se o artigo do mesmo autor, “The Dutch and the Persian Silk Trade”, pp. 323-368.

¹⁰⁹ *Comentarios*, vol. II, p. 148. Esta observação coeva revela desde logo o que muitos autores actuais vêm tentando demonstrar em relação à manipulação de Abbas.

¹¹⁰ Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, pp. 80; 100.

cial à Pérsia, liderada por D. García de Silva y Figueroa, a qual deveria retribuir aquela de Dengiz Beg e o bispo de Cirene a Madrid e que, como Luis Gil declara, “se preparaba en España con exasperante lentitud”¹¹¹ – atente-se no período que medeia entre a apresentação da proposta em 1608 e a aceitação definitiva dos termos do negócio, por parte de Espanha, em 1619, quando já D. García regressava da sua missão. Esta dilação pagá-la-iam muito cara ambas as coroas ibéricas, perante os acontecimentos que entretanto sucediam à luz da entrada em cena dos ingleses como novos interlocutores do xá e a paz por fim alcançada com os turcos, os quais conduziram a embaixada de Figueroa ao reino safávida ao absoluto fracasso.

Por outro lado, a produção de seda em Espanha nas províncias de Granada e de Valência não justificava, como argumentava o conde de Salinas em 1613, o recurso àquela de proveniência iraniana. Tanto mais quando em troca teriam de facultar a prata da Nova Espanha e se viam já em dificuldades em lidar com a seda chinesa que ali chegava muito mais barata, através dos galeões de Manila, conduzindo à decadência da sericultura local e dificultando a exportação dos artigos da metrópole a partir de Sevilha para a América do Sul (ao ponto de forçar a proibição do tráfico comercial entre o Peru e as Filipinas em 1579).¹¹²

Contudo e segundo Anthony Sherley, dois anos antes, a importação da seda persa em abundância não só contribuiria para a melhoria da indústria têxtil espanhola como para a navegação e comércio, ocupados em exportar os excedentes de produção por todo o mundo. Com este objectivo, o inglês aconselhava ainda a Espanha a seguir o exemplo da Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e Itália e esforçar-se por fabricar as manufacturas de panos necessárias na Pérsia os quais se podiam enviar em retorno das sedas, sendo que para isso se podiam contratar oficiais estrangeiros para ensinar os espanhóis¹¹³ – ainda que reconheça como senão, o facto da coroa espanhola nada ganhar de taxas nem em Ormuz, nem em Goa, e que até em Lisboa as mesmas se limitariam a um terço do que os restantes súbditos pagavam.¹¹⁴ Alguns anos mais tarde (em 1619) também Fr. Belchior dos Anjos intenta contrapor ao argumento do conde de Salinas a oportunidade de, em troca da seda persa, a Coroa

¹¹¹ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 153. Sobre os preparativos da viagem de D. García leia-se do mesmo autor o ponto 16 desta obra, “La Larga Gestación de una Embajada: Don García de Silva y Figueroa”, pp. 153-164.

¹¹² A esta determinação acresce a pragmática emitida por Filipe II em 1590 determinando a unificação do número de fios por superfície. Embora concebida com o objectivo de garantir a qualidade dos tecidos, a mesma, segundo Maria Dolores Tejero, teve consequências demolidoras na indústria têxtil espanhola ao anular a possibilidade de competição entre esta e as sedas orientais, aumentando, inclusivamente a partir de então, a procura pelas sedas e bordados chineses. Cf. Maria Dolores Vila Tejero, “La Universalidad del Bordado Através de los Bordados de Castelo Branco: Origenes, diferencias e semejanzas de los bordados peninsulares”, in *Colchas de Castelo Branco: Percursos por Terra e Mar* (s.l., 2008), p. 196.

¹¹³ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 113.

¹¹⁴ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, p. 114.

ibérica poder expandir o seu comércio das drogas e especiarias, negociando aquele artigo em troca de pimenta e canela, inexistentes na Pérsia – o que também não se adequava às directrizes estabelecidas no sentido de canalizar toda a pimenta para Lisboa. Com efeito, e ao contrário dos ingleses que pouco tinham para oferecer, à excepção dos panos de Cambaia, adquiridos no porto de Surate, e pouco mais, os portugueses tinham a seu favor a possibilidade de dispor de artigos apreciados pelos persas, o que decerto os beneficiaria no contrato da seda, como se veio a verificar, mais tarde, com os holandeses em idênticas circunstâncias.

Ainda em 1628 Duarte Gomes Solis defendia o investimento dos portugueses no comércio dos têxteis indianos e chineses e a vinda de artífices especializados neste domínio para Portugal. Segundo Solis, a entrada destes artigos no mercado nacional podia concorrer para a supressão das carências, assim como para a diminuição das importações de têxteis franceses e holandeses com maiores custos para o reino.¹¹⁵

No entanto, a possibilidade de centralizar o monopólio da seda persa nas mãos dos portugueses impunha-lhes algumas questões: desde logo, a eventual colaboração de outros súbditos do rei espanhol, de diferente nacionalidade, a qual forçosamente afectaria a até então exclusividade lusitana na região, de que não estavam de modo algum interessados em perder, mesmo que tal implicasse o aumento do seu próprio poder.¹¹⁶

Da mesma forma se equacionava a capacidade de gestão e a disponibilidade de mercadores interessados num negócio de tal envergadura, tanto no Estado da Índia como na metrópole. Sobre estas condições e no que se refere ao primeiro contexto geográfico, João Cunha Teles defende que “Do ponto de vista económico nenhum mercador dentro do Estado estava interessado no desvio da seda pela Rota do Cabo. [...] A oferta, marcadamente política, da venda da seda persa nos anos de 1615 a 1618 não interessava a ninguém dentro do Estado da Índia”.¹¹⁷ Com efeito, o religioso Fr. Belchior é peremptório acerca do assunto, declarando que nem em Goa nem em Ormuz se encontrariam homens de negócio atraídos por aquele trato, uma vez que a seda (crua e transformada em artigos) proveniente da China era suficiente em relação às necessidades dos mercadores locais, e caso a seda da Pérsia (crua ou lavrada) chegasse massivamente à Índia esgotaria o capital disponível para adquirir a primeira, inviabilizando o contrato da China, gerador da maior parte das transações comerciais realizadas na Índia e no Sudeste Asiático.¹¹⁸

¹¹⁵ Duarte Gomes Solis, *Alegacion en Favor de la Compañia de la India Oriental, Comercios ultramarinos que de nuevo se instituyó en el reyno de Portugal*, ed. Moses Bansabat Amzalak (Lisboa, 1955) [1ª edição 1628], pp. 29-34.

¹¹⁶ Gil Fernandez (ed.), *García de Silva y Figueroa*, pp. 92, 102.

¹¹⁷ Cunha, “Economia de um Império”, p. 38.

¹¹⁸ Sobre a importância dos artigos têxteis chineses na Índia veja-se o nosso artigo “Os têxteis chineses na Índia (séculos XVI-XVII): A sua circulação e possível feitura no contexto indiano”,

Ainda neste contexto, importa notar que as principais receitas do Estado Português da Índia advinham não do comércio, propriamente dito, mas dos tributos pagos pelos mercadores asiáticos nas suas passagens marítimas, pelo que mais do que lucrar com a transacção das mercadorias interessava-lhes sobremaneira as taxas que obtinham pela sua circulação. Trata-se de uma estratégia que claramente favorecia a preferência pela seda chinesa ao invés daquela persa (para a qual ainda tinham de angariar destinatários), com repercussões também visíveis na metrópole onde, de acordo com a opinião consensual de estrangeiros que visitaram Portugal entre o século XVII e a centúria seguinte, os portugueses manifestavam pouca apetência para o comércio, como se pode ler numa memória francesa do final de Seiscentos: “les Portugais ont peu d’intelligence sur cette matiere; ils ne sont pas laborieux et par vanité ils se retirent du commerce dès qu’ils peuvent s’en passer; d’ailleurs ils trouvent moins de profit que les autres dans le négoce parce qu’ils ne se donnent pas la peine de faire venir de la première main les choses nécessaires pour les envois qu’ils font, ils achètent en Portugal des autres nations qui en ont fait des frais et qui profitent sur eux”.¹¹⁹ Por este motivo, e contanto que Fr. Belchior sugerisse que, graças à sua localização, Lisboa poderia suplantir Alepo no fornecimento desta matéria-prima aos centros de tecelagem europeus, “siendo hazienda tan requestada y que se gasta ordinariamente en toda Europa”, mais uma vez se aventava da capacidade dos portugueses em escoar a seda persa a preços competitivos nos mercados europeus. Esta questão apresentava-se, de facto, como um grande entrave, na medida em que Portugal não só não dispunha de centros manufactureiros têxteis próprios, capazes de absorver a seda comprada (forçando o seu escoamento para outras regiões da Europa), como também não manifestava qualquer interesse em investir neste sector da indústria portuguesa – que apenas merece maior atenção com D. Luís de Meneses (1632-1690), conde da Ericeira e vedor da Fazenda Real de D. Pedro II, que intenta viabilizar e incentivar a manufactura interna promovendo a sericultura e a criação de unidades fabris no país, como veio a ser o caso da Real Fábrica das Sedas do Rato, já fundada em 1734.¹²⁰

De todos os aspectos assinalados julgamos que o que mais afectou (directa e indirectamente) o rumo dos acontecimentos, foi o envolvimento de Portugal no importantíssimo trato da seda chinesa, sobre o qual assentava grande parte do comércio

in Lotika Varadarajan & Teresa Pacheco Pereira (eds.), *Indo Portuguese Embroideries: Context Art History* (Nova Delhi, [no prelo]).

¹¹⁹ Julião Soares de Azevedo, “Uma memória francesa sobre o comércio de Portugal no final do séc. XVII”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª s., 17, 3 (1950), p. 19.

¹²⁰ Sobre este assunto leia-se, apenas a título de exemplo, a obra de Acúrsio das Neves, *Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufactura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Rato e suas Anexas* (Lisboa, 1827) bem como o artigo de Alzira Teixeira Leite Moreira, “O Regimento Secretíssimo da Real Fábrica das Sedas – 1757: Subsídios para a História da Sericultura em Portugal”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 3, 1-2 (1983), pp. 75-104.

estabelecido no antigo Estado da Índia. Trata-se de uma conjuntura para a qual foram determinantes alguns factores, em concreto: a reputação dos têxteis chineses desde o Índico ao Japão; a possibilidade dos portugueses poderem aceder de forma directa à seda chinesa, através de Cantão, e participar, via Macau, na sua comercialização e distribuição pelas regiões adjacentes ao Celeste Império, logo no decurso de Quinhentos, com o estatuto de parceiro europeu exclusivo da China (até à década de oitenta de Seiscentos, altura em que Kangxi autoriza a abertura de Cantão a outros estrangeiros); e, não menos importante, a ampla e eficaz rede de distribuição de mercadorias ultramarinas que, entretanto, os lusitanos estabelecem tanto naquela zona da Ásia como entre esta e a Europa.

Com efeito, e ao contrário do que alguns autores tendem a declarar, de que a pouca seda exportada pelo Celeste Império era monopolizada pelos portugueses e destinava-se ao mercado japonês,¹²¹ o sirgo chinês foi também levado pelos lusitanos (e pelos próprios chineses do Fujian) para a Índia, atingindo um volume dir-se-ia equiparável àquele que seguia para o país do Sol Nascente. Contanto que o assunto não tenha sido ainda plenamente aprofundado na historiografia dedicada à Expansão portuguesa, os informes que temos vindo a recolher em documentação coeva assim o sugerem, pelo menos no que se refere à segunda metade do século XVI: por exemplo, segundo a obra de Garcia de Orta (1499-1568), *Colóquio dos Simples e Drogas* publicada em 1563, “ey por vergonha de vos dizer quanta quantidade entrou de seda [da China] nas cidades de Goa e Cochim hum ano destes passados [...] setecentos bares e cada bar tem tres quintaes e dezaseis arratês, se por aqui vereis a riqueza e a grossura desta terra que em Goa quando outra monção vem, já he gastada toda a seda”,¹²² um valor que parece ser confirmado por Juan González de Mendoza em 1586, ao notar que “salen de la ciudad de Canton, para la India de Portugal cada año, mas de tres mil quintales [...]”, isto é cerca de 300 toneladas¹²³ – sendo que no final do século XVI, uma das regiões do sub-contidente indiano mais beneficiadas pela chegada da seda chinesa parece ter sido a do Gujarat, para onde as embarcações portuguesas transportavam cerca de 400.000 libras de seda (c. de 181 toneladas) todos os anos.¹²⁴ Também o já mencionado manuscrito da Biblioteca de Madrid é deveras esclarecedor a este respeito, dando conta que “Segundo a mais comun opinião sae da cidade de cantão na China huns annos por outros pera o nosso porto de

¹²¹ Steinmann, “Shah Abbas I and the Royal Silk Trade”, p. 68.

¹²² Garcia de Orta, *Coloquios dos simples e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalguas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas* (Goa, 1563), fls. 43v-44.

¹²³ Juan González de Mendoza, *Itinerario y Compendio de las Cosas Notables que ay desde España hasta el Reyno de la China à España volviendo por la India Oriental* (Lisboa, 1586), fl. 84v.

¹²⁴ W. H. Moreland, *India at the Death of Akbar* (Londres, 1920), pp. 171-175, apud Louis Derrigny, *La Chine et l'Occident: Le commerce à Canton au XVIII^e Siècle, 1719-1833* (4 vols., Paris, 1964), vol. I, p. 393.

Machao quatro mil quintaes de seda branca em fio, de que levão cada anno pera outro porto de Japão, dous mil e duzentos quintaes, e os mais vem a Malaca, e dahi a India [...] e he este trato de seda tao grosso, que tambem se comunica por grosso pezo, a que na China chamão picos, de que tres fazem hum bar da India, que tem tres quintaes, e dahi se vende por mais de 24 arrateis de que vem dezaseis mãos a obrar, que responde a autocentos pardais o bar, a rezão de cincoenta a mão, e as vezes chega ella a valer a cento [...]”¹²⁵

E se no que se refere à seda chinesa não trabalhada transportada para Portugal, Fr. Belchior é parco em informações, apenas referindo a vinda do que sobra do trato da Índia, então, a julgar pelos números facultados por Rui Lourido, – de que de Macau para Goa e desta para Lisboa “Entre 1580 a 1590 foram levados três milhares de picos (cerca de 180 toneladas) de seda não trabalhada em cada ano”¹²⁶ – o mesmo era, de facto, de assinalável envergadura. Tanto mais se a estes números se associar a quantidade de peças têxteis chinesas que vieram para Portugal, destinadas ao uso civil e religioso, como bem o confirmam as notícias recolhidas, os inventários de bens estudados e, muito em particular, os testemunhos ainda sobreviventes entre nós, sendo que só de artigos da paramentaria usados no domínio sacro tivemos oportunidade de elencar cerca de 150 espécimes, datáveis de entre os séculos XVI e XVIII.¹²⁷

A chegada a Lisboa, desde o início de Quinhentos, de artigos têxteis chineses – sob a forma de matéria-prima e de peças acabadas – em avultadas quantidades cedo despertou a atenção dos portugueses para o potencial de um negócio que, lidando com a importação de bens exóticos muito apreciados e, por esse motivo, de venda garantida, se revelava pouco exigente e altamente rentável. Ora, a entrada da seda persa no mercado nacional implicava, forçosamente, novos investimentos e reajustes no contexto comercial português então vigente que, pese embora o potencial económico subjacente ao novo negócio, se afiguravam demasiado trabalhosos e até arriscados aos olhos dos mercadores lusitanos, com a agravante de poderem colocar em risco a engrenagem já montada em torno da seda chinesa, ao que tudo aponta, ajustada às suas ambições e capacidades negociais.

Infelizmente, o presente estado dos estudos sobre a circulação e comercialização da seda chinesa no contexto da Expansão ultramarina portuguesa não tem conhecido

¹²⁵ Biblioteca Nacional, Madrid, ms. 3015, fls. 98v-99.

¹²⁶ Rui d'Ávila Lourido, *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila, das origens a 1640*, dissertação de mestrado policopiada (Universidade Nova de Lisboa, 1995), pp. 22-23.

¹²⁷ Tema que nos tem merecido atenção no contexto das investigações em História da Arte que temos desenvolvido tanto no âmbito da dissertação de mestrado de 2002 publicada como *As Alfaias Bordadas Sinoportuguesas (séculos XVI a XVIII)* (Lisboa, 2007), como da dissertação de doutoramento já concluída, na qualidade de bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Os têxteis chineses em Portugal nas opções decorativas sacras de aparato (séculos XVI-XVII)*, dissertação de doutoramento policopiada (Universidade do Porto, 2011).

um desenvolvimento significativo do ponto de vista do seu impacto económico, das implicações na indústria têxtil nacional ou do protagonismo que Portugal terá assumido no decurso dos séculos XVI e XVII neste domínio, nomeadamente, na distribuição desta matéria-prima pela Europa. Julgamos que a maior disponibilidade de elementos neste contexto, no que se refere aos valores e volumes de seda chinesa, de facto, transaccionados pelos portugueses ou ao seu destino efectivo (em termos geográficos e da cultura material), poderão contribuir para o melhor esclarecimento da participação portuguesa nos tratos da seda chinesa e persa e, conseqüentemente, para o devido enquadramento de Portugal no panorama europeu enquanto fornecedor de seda ao Velho Continente, a par da Inglaterra e da Holanda, nações em torno das quais se reconhece um maior número de estudos realizados neste domínio.

Index

- ‘Abbas I, Xá (Shah) – 3-6, 22, 38, 45-47, 51, 54, 55, 61, 70, 74-76, 86, 86-89, 96, 97, 100, 107, 125, 126, 129-131, 135-138, 142, 143, 148, 149, 152, 153, 161, 164-170, 175, 220, 228, 229, 239, 245-278, 279-298, 305, 313, 316, 319-333, 336-338, 345, 380, 395-409, 451-458, 469-478
‘Abbasabad (*Abasabat*) – 324-325
‘Abd al-Rahman III, emir de Córdova – 414, 421
Abraão, profeta – 361
Acapulco – 271
Acenheiro, Cristóvão Rodrigues – 308
Açores – 6, 181, 400
Actamar – 374, 377
Acuña, Pedro de – 93
Adem – 465
Adiljevis – 375
Afonso, Mestre – 301, 304-307, 310, 311, 377
Afonso VIII, rei de Castela – 414, 421, 422
Afonso X o Sábio, rei de Castela – 414, 415
Afonso XI, rei de Castela – 414, 421, 423
África – 166, 200, 202, 270, 372, 376, 414, 419
Agnese, Giovanni Battista – 369
Agostinhos – 86, 107, 108, 129, 130, 138, 139, 144, 148, 158, 161, 164, 172, 247, 249-252, 255-258, 262, 269, 472
Al-Ahsa (Lahsa) – 457
Ahmadnagar – 457
Ahmed I, sultão otomano – 395, 472, v. Turco (Grão Turco)
Ahmedabad – 468
Álamos de Barrientos, Baltasar – 99
Alba, duque de – 89, 100
Alberto, arquiduque de Áustria – 102, 115, 118
Albuquerque, Afonso de – 209, 227
Albuquerque, Brás Afonso de – 209, 465
Albuquerque, Fernão de – 126, 170, 220
Alcáçova, Francisco Carneiro de – 231
Alcázar, Joseph de – 41, 49
Alemanha – 472, 479
Alepo – 33, 36, 56, 75, 132, 136, 144, 148, 171, 312, 377, 396, 452, 456, 466, 471, 475, 476, 478, 480
Alexandre Magno – 73, 81, 209, 347, 349, 353, 355, 363-365, 374, 375
Alexandria – 360, 374, 375, 396
‘Ali Beg – 317
Aliaga, Luis de – 95, 104
Allah-Verdi Khan – 87, 130, 285, 304, 310
Almançor (Al-Mansur Billah, Ibn Abi ‘Amir) – 414, 416, 421-422
Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco) – 307
Amazonas – 373
Amboíno, Ambon – 116, 145, 155, 220
América – 17-18, 94, 270-272, 373, 479
Amesterdão – 379, 470
Amiano Marcelino – 64, 347
Anatólia – 371, 455, 466
Andrade, Rui Freire de – 47, 125, 126, 130, 170, 220, 239
Angelieri, Giorgio – 379
Angola – 442, 443
Annius de Viterbo, Joannes (Giovanni Nanni) – 308-309, 415
Antioquia – 360, 453
António, dom (Prior do Crato) – 89
Antonio, Nicolás – 4-5, 61
Antuérpia – 371, 379, 415
Aq-Qoyunlu – 281, 299
Árabes – 71, 142, 152, 198, 221, 387, 414, 416, 417, 419, 421, 425, 435
Arábia – 150, 165, 167, 198, 376, 388, 414, 466
Arakan – 146
Araxes, rio – v. *Bradamiro*, rio
Ardabil – 64, 75, 76, 82, 283, 400, 374
Arias Montano, Benito – 96, 255
Ariosto – 396